

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXVIII • Nº 393
Brasília-DF • Março 2017



Programa Pindorama da PUC-SP comemora quinze anos de inclusão de universitários indígenas e de troca de saberes

Páginas 4, 5 e 6

Estudos mostram a grande influência dos povos indígenas na disseminação das frutíferas na floresta Amazônica

Páginas 10 e 11

Povo Xukuru vs Estado

Violações contra os Xukuru levam Brasil a julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos

Páginas 8 e 9

Viva Raposa Serra do Sol viva

Cleber César Buzatto, Secretário Executivo do Cimi

Sete anos após ser confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol continua torpedeada por setores comprometidos com interesses do capital, especialmente ligados ao agronegócio e à mineração.

Em seu editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo*, o *Estadão*, ao defender a publicação da Portaria 80/17, pelo Ministério da Justiça (MJ), e a aprovação da PEC 215/00, pela Câmara dos Deputados, responsabilizou a demarcação de Raposa Serra do Sol pela redução do valor advindo da produção agropecuária do estado de Roraima e pela dependência deste em relação ao governo federal.

A TV Band veiculou, em 7 de fevereiro, em seu principal programa noticioso, o *Jornal da Band*, reportagem em que, mais uma vez, a demarcação de Raposa Serra do Sol é acusada de ter provocado o empobrecimento do estado de Roraima, além de insistir na tese comprovadamente falaciosa de que a demarcação representaria risco à soberania nacional, dentre outros absurdos indignantes para quem conhece a realidade.

Nos dias 8 a 10 de fevereiro, tivemos a alegria e a honra de visitar a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Encontramo-nos com alguns dos tantos tuxauas (lideranças) das mais de 200 comunidades dos cinco diferentes povos que vivem na referida terra indígena. Pudemos verificar que na Raposa Serra do Sol tem caxiri

na cuia. Tem melancia, caju, manga, jamelão. Tem o lago Caracaranã e tantos outros com suas histórias revigoradas. Tem água pura nos rios que nascem e são bem cuidados na terra indígena, ajudando a servir as pessoas que vivem, inclusive, na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Tem pinturas, guerreiros, guerreiras, muitas cores. Tem crianças, jovens, adultos, idosos manifestando-se de acordo com seus usos, costumes, crenças e tradições. E tem também milhares de cidadãos brasileiros preocupados com o interesse ruralista de autorizar a venda do território brasileiro para estrangeiros (PL 4059/12).

Diante disso, perguntamos: por que Raposa Serra do Sol continua sendo recorrente e tão duramente atacada? Não pode haver outra resposta: a tentativa desesperada de desqualificar a demarcação de Raposa Serra do Sol visa a desqualificação e a consequente inviabilização da demarcação de todas as demais terras indígenas do país. Colocada em contexto, a ofensiva contra Raposa Serra do Sol ocorre para dar aparente legitimidade e justificativa ideológica ao ataque contra os direitos dos povos indígenas no Brasil. Ataque que é patrocinado pelas corporações empresariais, de capital nacional e internacional, e posto em prática por representantes do ruralismo nos diferentes Poderes do Estado brasileiro.

Enquanto crescem os narizes dos bandeirantes contemporâneos, Macunaíma segue livre distribuindo vida na sua terra e para seus povos. Povos em luta, construindo seus projetos de futuro.

Porantinadas

Barriga de quem?

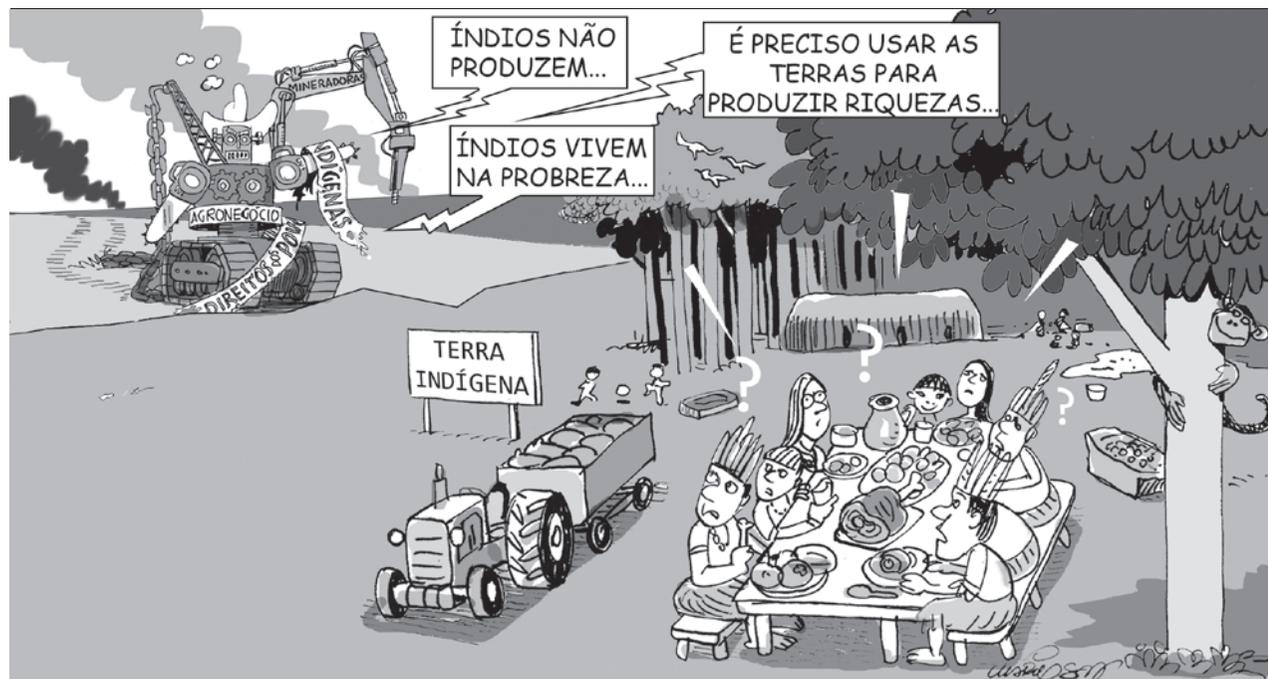
Assim que assumiu o cargo, em 7 de março, o novo ministro da Justiça, Osmar Serraglio deixou claro a que veio. Em entrevista a um jornal paulistano, disse que os indígenas “devem esquecer” as demarcações porque “terra não enche a barriga de ninguém”. O Cimi lamentou e repudiou, com veemência, tais palavras e declarou que, “no mínimo, demonstram um grau elevado de ignorância, que o descredencia para a função que assumiu”. A preocupação foi desatada, pois as palavras do nomeado servem de combustível que abastece motosserras e tratores daqueles que, historicamente, invadiram e continuam se apossando ilegal e criminosamente das terras indígenas no Brasil. A barriga do agronegócio ronca por essas últimas fronteiras e as palavras do novo ministro mostram que seus ouvidos estão atentos ao ronco.

“Velho conhecido”

Osmar Serraglio era membro das bancadas ruralista e evangélica no Congresso Nacional e “velho conhecido” do movimento indígena. Quando era deputado federal (PMDB-PR), ganhou holofotes da imprensa, em 2015, ao protagonizar a luta contra as demarcações de terras indígenas. Ele foi relator da PEC 215 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. A PEC transfere do Executivo para o Legislativo a palavra final sobre demarcações de terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação. Desde 1973, quando o Estatuto do Índio entrou em vigor, apenas o poder Executivo, junto aos seus órgãos técnicos, pode decidir sobre demarcações indígenas. Por isso, a proposta do atual ministro da Justiça é considerada, por indigenistas e ambientalistas, uma das maiores ameaças, nos últimos anos, contra os povos tradicionais.

Constrangimento

Antes de tomar posse, o novo ministro da Justiça, Osmar Serraglio, assinou ofício pedindo ao presidente da Funai, Antônio Costa, que nomeasse o advogado Ubiratan de Souza Maia como coordenador-geral de licenciamentos do órgão indigenista. O advogado foi condenado pela Justiça Federal pela prática ilegal do arrendamento de 3,5 mil hectares da Terra Indígena Xapecó, do povo Kaingang, nos municípios de Ipuauçu e Entre Rios, em Santa Catarina. Conforme denúncia na imprensa, Ubiratan e um comparsa usavam a empresa JM Consultoria Ambiental LTDA como parte do esquema criminoso e devem ressarcir a comunidade, de acordo com a Justiça, em R\$ 119 mil.



Insurgência Kaiowá e Guarani: dez anos de omissão e genocídio

Após quase uma década da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para que todas as terras e territórios indígenas fossem regularizados em Mato Grosso do Sul, lideranças cobram da Funai “demarcação já”, para estancar as veias abertas pelo descaso oficial

Egon Heck, Secretariado Nacional, e equipe Cimi/Regional MS

A última semana de março se iniciou em uma Dourados de cara lavada por intensas chuvas. Poderia conspirar como apenas mais uma semana. Porém, quando o presidente da Funai, Antônio Costa, desembarcou em Dourados, mais uma batalha de insurgência foi deflagrada. Os Kaiowá Guarani, em número de mais de 200 indígenas, cobraram com vigor guerreiro o descumprimento da Constituição que ocasionou o assassinato de dezenas de indígenas nas últimas décadas no sul do cone sul do Mato Grosso do Sul.

TAC Demarcação já

A batalha travada nesta última semana se deu quando já se vão quase dez anos da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para que todas as terras e territórios indígenas fossem regularizados. Estabeleceram-se prazos para que isso fosse realizado. Até 2009 as terras deveriam estar todas identificadas. Porém, isso não se concretizou. Prevaleceram mais uma vez os inimigos dos índios. O Estado brasileiro não apenas se omitiu e curvou ante essas forças, como as transformou em práticas de governo.

Quando o procurador federal em Dourados, Charles Estevan Pessoa, estava participando de uma Grande Assembleia Aty Guasu na Terra Indígena Yvy Katu, em 2007, estupefato se referiu à gravíssima situação das terras e direitos Kaiowá e Guarani. “Se o governo, através da Funai, assumiu os direitos do vosso povo como prioridade há cinco anos e, nesse período, não regularizou nenhum palmo de terra ao vosso povo, então vamos pensar juntos o que podemos fazer para cobrar essa prioridade”.

No debate que se seguiu com as lideranças indígenas foi definido o caminho da cobrança judicial, através de um Termo de Ajustamento de Conduta, que seria assinado por Ministério Público Federal (MPF), Funai e lideranças Indígenas. Foi então escolhido uma delegação de vinte lideranças. No dia 7 de novembro o TAC foi assinado, na sede da Funai, em Brasília. Márcio Meira era o presidente do órgão indigenista.

As lideranças indígenas, na época, não tinham a ilusão de que seria fácil fazer o que estava no papel se transformar em realidade – no caso, o reconhecimento dos direitos às terras tradicionais e originárias. E junto com o MPF passaram a cobrar do governo a execução das demarcações dentro do prazo estabelecido.

A violência contra o TAC

Porém, não previam que as reações fossem tão virulentas, violentas e genocidas. Os governantes e os dominantes do poder econômico do Mato Grosso do Sul se alvoroçaram em campanhas mentirosas e reações judiciais. Afirmaram que mais de vinte municípios seriam extintos, pois se transformariam em territórios indígenas. Afirmaram que mais de 30% dos 36 milhões de hectares do estado do MS seriam



Vigor guerreiro das lideranças para cobrar mortal não cumprimento da Constituição

“A Funai, pelo descumprimento dos prazos, já deve às comunidades afetadas mais de dois milhões de reais. Porém, não existem recursos que tragam de volta as vidas sacrificadas nesses dez anos”



Recepção ao presidente da Funai em Dourados, exigindo direitos

destinados aos Kaiowá e Guarani. Foram deflagrados muitos absurdos do gênero.

Passaram, então, a paralisar as demarcações e trabalhos de identificação, judicialmente, pela violência e ameaças. No final de março, tivemos portanto mais um lance dessa dramática e criminoso política. O presidente da Funai, o Ministério Público Federal e lideranças indígenas debateram e definiram a execução do TAC. Frente aos indígenas, o novo presidente, mais uma vez, reafirmou o compromisso da Funai com o cumprimento dos termos do TAC. Elizeu Kaiowá sintetizou a angústia e a determinação dos Kaiowá e Guarani nas seguintes palavras:

“Mais uma vez a Aty Guasu veio receber o presidente da Funai e esperamos que ele não esteja mentindo desta vez, já foram tantos que passaram por aqui. Se não estivessem mentindo já teriam feito o que está no TAC. Desta vez, na presença do presidente da Funai nós, todas as lideranças, jovens, rezadores, exigimos que a Funai demarque nossos territórios. Eles não nos enganam mais. Não queremos continuar vendo nossas lideranças serem assassinadas. Enquanto não demarcarem vamos continuar nossas retomadas”.

A Funai, pelo descumprimento dos prazos, já deve às comunidades afetadas mais de dois milhões de reais. Porém, não existem recursos que tragam de volta as vidas sacrificadas nesses dez anos. Os Kaiowá Guarani querem a imediata retomada das demarcações de seus territórios e que os responsáveis por essa omissão sejam punidos. ♦

Pindorama: programa universitário exemplar de inclusão de estudantes indígenas

Ao completar quinze anos, o Programa Pindorama da PUC-SP firma-se como um espaço de troca de saberes e vivências de estudantes de diferentes etnias, que querem partilhar seus conhecimentos

Railda Herrero, colaboradora

Um projeto inovador, para incluir indígenas na Pontifícia Universidade Católica (PUC), de São Paulo, foi lançado em fevereiro de 2002. Batizado de Pindorama (suposto nome indígena do Brasil), o projeto ganhou força, tornou-se um programa e comemora quinze anos com frutos e sementes exemplares. Modelo de inclusão, o Programa Pindorama assegura a formação de jovens comprometidos em reverter benefícios a suas comunidades, além de transformar a universidade ao levar para seu interior a problemática indígena.

Já passaram pelo Pindorama 182 jovens de vinte etnias: Atikum, Fulni-ô, Guarani Mbyá, Guarani Nhandevá, Kaimbé, Kaingang, Krenak, Kamayurá, Kaxinawá, Kuruaya, Pankararu, Pankararé, Pataxó, Pataxó Hã-hã-hãe, Potiguara, Terena, Trumai, Xavante, Xukuru do Ororubá e Xukuru Kariri. O Programa oferece, a cada ano, doze bolsas integrais aos indígenas que obtiverem as melhores classificações na primeira e segunda chamadas do vestibular. Do total de estudantes bolsistas, 78 já concluíram cursos em diversas áreas.

Entre os cursos frequentados pelos jovens indígenas estão administração, artes do corpo, ciências sociais, ciências biológicas, ciências contábeis, ciências econômicas, ciências da computação, comunicação e multimeios. Há matriculados ou formados nos cursos de direito, enfermagem, engenharia biomédica, engenharia elétrica, engenharia de produção, fisioterapia, fonoaudiologia, gestão ambiental e letras. E ainda nos cursos de matemática, pedagogia, psicologia, secretariado executivo, serviço social, sistemas de informação, tecnologia e mídias digitais e turismo.

História, critérios e exemplos

O Programa Pindorama resultou de esforços conjuntos, desde o princípio, do jovem Xavante Hiparindi Top'tiro, do empenho das professoras da PUC-SP, a psicóloga Ana Maria Battaglin e a antropóloga Lucia Helena Rangel, e do coordenador da Pastoral Indigenista de São Paulo, Benedito Prezia. A colaboração da Associação Indígena S.O.S. Pankararu e o cursinho pré-vestibular do Grêmio da Escola Politécnica da USP, o Poli, também foram fundamentais para emplacar o projeto de apoio a estudantes indígenas.

O historiador Benedito Prezia reconhece que a PUC-SP foi pioneira ao implantar o Programa Pindorama, principalmente por ser uma universidade privada. Ressalta que o Programa é "um espaço para oferecer aos indígenas igualdade de chances que os outros jovens têm". E completa:

"Muita gente pensa que pelo fato deles serem indígenas têm que continuar excluídos. Quebrar isso é um resgate de uma dívida histórica que nós temos". O indigenista e professor afirma ainda que "é importante destacar a mão dupla" do Programa. "Não queremos apenas que a PUC receba esses indígenas, mas que eles contribuam com a universidade, para mudar um pouco

Para ingressar no Pindorama, o candidato deve morar em São Paulo ou na Grande São Paulo, ter uma carta de apresentação de sua comunidade de origem e pagar a matrícula inicial. Ao ser admitido na PUC-SP, tem a bolsa integral. Em contrapartida, precisam ter bom desempenho acadêmico



Reunião mensal dos indígenas universitários bolsistas da PUC-SP

o perfil dela, o que não é fácil". Apesar das dificuldades, ele avalia que já "conseguimos um pouco", especialmente em algumas áreas.

Benedito destaca o questionamento que esses estudantes estão levando à academia, citando uma aluna do Programa que, ao participar de debate na Universidade de São Paulo (USP), questionou algumas afirmações de um conhecido antropólogo. Ela discordou dizendo: "Acho que ele está errado, não vivo isso. Nós, pelo menos, vivemos diferente".

Prezia cita outro projeto exemplar de inclusão indígena em universidade particular na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande, MS. O projeto, impulsionado pelo indigenista e ex-secretário do Cimi, o professor Antônio Brand, também garante acompanhamento aos estudantes. Em Bauru, interior de São Paulo, a Universidade Sagrado Coração também oferece bolsas a estudantes indígenas, mas o projeto não inclui acompanhamento sistemático.

Para ingressar no Pindorama, o candidato deve morar em São Paulo ou na Grande São Paulo, ter uma carta de apresentação de sua comunidade de origem e pagar a matrícula inicial. Ao ser admitido na PUC-SP, tem a bolsa integral. Em contrapartida, precisam ter bom desempenho acadêmico, podendo ter mais de 25% de reprovação em apenas dois

Já passaram pelo Pindorama 182 jovens de vinte etnias. O Programa oferece, a cada ano, doze bolsas integrais aos indígenas que obtiverem as melhores classificações na primeira e segunda chamadas do vestibular

semestres. Devem ainda participar das reuniões mensais, para troca de experiência, de formação, debate de problemas acadêmicos e de política indigenista.

Aparecida Oliveira ou Aparecida Pankararu faz parte da coordenação do Programa Pindorama, desde que se formou em pedagogia, em 2014, e resume: "Espero que o Programa Pindorama exista

sempre, pois ele é muito importante pra nós que viemos de nossas aldeias para o contexto urbano ou que nascemos aqui e não temos contato com nossas aldeias, mas aqui firmamos as nossas verdadeiras identidades". Aparecida ressalta: "Aqui conseguimos saber sobre as outras culturas de nossos parentes e nesse meio fazer uma troca muito boa. O Programa Pindorama não só nos auxilia a conseguir uma bolsa, mas a reafirmar nossa identidade étnica".

Atualmente, Aparecida trabalha como pedagoga, com educação não formal, em espaços expositivos e dando palestras em escolas de São Paulo. "Aqui no Pindorama também exerço a função de pedagoga nesse momento de troca". Aparecida mora entre Osasco e São Paulo, não tão distante do Real Parque, um bairro próximo ao Morumbi onde há uma grande comunidade Pankararu.

Daniela dos Reis Chagas, da Pastoral Indigenista de São Paulo, concorda com Aparecida: "Vejo a importância da formação do Programa Pindorama como um espaço para fortalecimento identitário". Daniela também é da coordenação do programa e aponta os principais problemas dos estudantes indígenas: "São os mesmos de muitos bolsistas, que vêm de

um ensino médio fragilizado e têm dificuldade de acompanhar o ritmo de um curso universitário um tanto quanto puxado, voltado a estudantes de escolas particulares, além de terem problemas com a redação". Para ela, a fase inicial é a pior, pois é de adaptação. Os que trabalham e estudam penam como os que vêm de fora e têm dificuldades para se adaptarem à realidade urbana. Apesar disso, Daniela ressalta que o índice de reprovação é quase igual à média do ensino superior no Brasil, ajudado pelo reforço de aulas de português, organizadas pelo Pindorama, além de apoio psicopedagógico da universidade.

Alexsandro Cosmo de Mesquita, da etnia Potiguara, também é da coordenação do Programa. Ele estudou tecnologia e mídias digitais graças à bolsa e ajuda de custo recebidas. E seguiu em frente: em 2016 concluiu mestrado no programa de pós-graduação de Tecnologia de Inteligência e Designer Digital (TIDD), da PUC, mas bancando a pós-graduação, pois conseguiu um trabalho em sua especialidade. Durante a graduação, entre 2012 e 2013, teve a oportunidade de estudar na Espanha no Programa Ciência Sem Fronteiras do governo federal.

O Potiguara conta como reverteu o conhecimento. "O retorno maior que eu pude fazer, graças ao curso que eu fiz, foi participar da implementação de oito pontos de cultura indígenas no nordeste do Brasil durante meu mestrado. Em contato com a ONG Tydewá, na Bahia, participei desse projeto de inclusão digital. Fiz meu projeto de mestrado com uma pesquisa, contribuindo com a organização e planejamento de cada ponto de cultura indígena, de acordo com as necessidades das comunidades. Esse foi o retorno maior que eu pude dar".

Retomadas históricas

A cada ano, no segundo semestre, o Programa Pindorama organiza uma semana acadêmica denominada de "Retomada Indígena", para ampliar a troca de ideias sobre os povos indígenas na comunidade acadêmica. Debates e apresentações culturais marcam a semana, que conta ainda com a venda de artesanatos produzidos nas comunidades indígenas de São Paulo. Nesse ano será a décima edição da

Além de enriquecer o debate na universidade, o Pindorama garante produção acadêmica a partir da ótica indígena. Tenta aliar formação de rigor acadêmico e reconhecimento do significado dos saberes indígenas e de suas visões de mundo

Retomada Indígena, que conta com o reforço do pessoal do curso de serviço social. A abertura de cada noite do evento sempre é feita com um ritual, com uma dança e os indígenas soltam a voz, para sensibilizar a comunidade universitária.

Além de enriquecer o debate na universidade, o Pindorama garante produção acadêmica a partir da ótica indígena. Tenta aliar formação de rigor acadêmico e reconhecimento do significado dos saberes indígenas e de suas visões de mundo. Destacam-se os trabalhos de iniciação científica realizados por alunos integrantes do Pindorama como "Os Pankararus: Educação e Sociedade" e "Recuperação da Identidade e da memória Pankararu na Grande São Paulo".

Contatos: <http://www.projetopindorama.com.br>
 contato@projetopindorama.com.br

A avaliação dos participantes

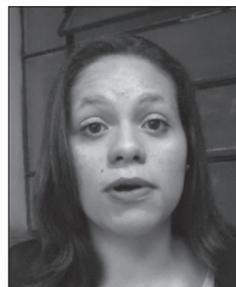
"O Programa Pindorama é muito importante pra mim, pois foi o único meio de entrar no mundo acadêmico, na Universidade. Eu entrei e agora estou trazendo também meu filho. Se não fosse o Pindorama eu não teria condições de fazer um curso acadêmico. Após o vestibular, ganhamos a bolsa 100%. Temos de pagar a matrícula e participar das reuniões mensais. Não podemos ter notas baixas. Temos de ter um comprometimento rigoroso e a PUC se preocupa com nosso conhecimento. Não é só passar no vestibular, precisamos batalhar para nos tornarmos profissionais gabaritados. Quando formada, quero atuar na área de saúde, especificamente saúde indígena, pois é uma forma de retribuir a oportunidade que estou tendo."

Vanusa Costa Santos,
 Kaimbé. Estudante do primeiro ano de serviço social



"Pra mim é muito importante participar do programa. Metade da minha família se formou na PUC graças ao Pindorama. Minha irmã e um primo se formaram em medicina, porque conseguiram bolsa em Cuba, pelo Programa Pindorama. Outra irmã fez secretariado bilíngue, pelo Programa. Um primo fez história, outra prima fez serviço social. Desde criancinha eu vinha acompanhando o Programa e agora chegou a minha vez de estudar e de participar sempre das reuniões. Meus primos, irmãs são sempre convidados pra dar palestra sobre suas histórias, as experiências que tiveram, o que ganharam de positivo com o Programa. O Pindorama é tudo na vida, né, porque é uma oportunidade única que a gente está tendo, tanto de conhecer e se aproximar mais de nossa etnia e das dos outros, como também de estudar numa universidade tão boa como a PUC."

Graciele Santos de Macedo,
 Pankararu. Mora no bairro do Jaraguá e faz o terceiro ano de fonoaudiologia



"O Pindorama é extremamente importante para a inserção do indígena do contexto urbano, porque muitas vezes a gente é discriminado e fica meio à parte da sociedade, como se a gente não fosse dos povos originários dessa terra. O Programa tem essa importância de inserir o indígena no contexto urbano, mas sem deixar suas origens. Na sala de aula, o contato com os outros colegas é diferente, porque eles conhecem o indígena da aldeia e eu não tive essa oportunidade. Minha mãe nasceu lá, cresceu lá, mas veio pra São Paulo, porque lá eles foram perseguidos. Apesar disso, os colegas conhecem minha história e o máximo que eu posso passar pra eles eu passo."

Rannaiê Granjeiro,
 Pankararé estudante do primeiro ano de fisioterapia



"A importância do Pindorama é abrir as portas para um ensino de qualidade aos indígenas que não têm essa condição financeira. Mas não é só isso... Eu nasci em São Paulo, fora da aldeia... Então, eu não tinha esse conhecimento que o Pindorama começa a trazer de volta, da nossa aldeia. Aqui debatemos o que está acontecendo na atualidade, sobre nossa história e isso vai aproximando mais a gente das nossas raízes. Acho que a gente não pode virar as costas a partir do momento em que você

é formado aqui. Acho que você tem que dar uma retribuição. O Pindorama faz isso com a pessoa, então, qualquer forma de ajuda à aldeia é importante."

Ismar Silva Granjeiro,
 Pankararé. Mora em Guarulhos, na Grande São Paulo e está no segundo ano do curso de administração



"É muito difícil pra gente, de etnia, acompanhar, mas estou me desenvolvendo bastante, já estou trabalhando na área. Quero agregar pra comunidade um pouco do que estou aprendendo no meu curso. Quero trabalhar nisso, e ver uma área que eu possa ajudar. Sem o Pindorama seria mais difícil. O Pindorama viabilizou meu sonho. Foi bacana, gostei. Eu gostaria de participar mais nas aldeias e a gente está procurando efetivar isso."

Renata Granjeiro,
 Pankararé. Mora na Cidade Tiradentes, na zona leste de São Paulo. Está no sétimo semestre de ciências contábeis



"O Programa não é importante apenas pra mim, mas também para os demais indígenas que vivem na cidade. Há uma integração com a universidade. O Pindorama dá apoio, assistência pros indígenas da cidade estarem ingressando na Universidade e não é qualquer universidade. Estamos ingressando na PUC, uma universidade bem renomada. Acho possível o retorno da experiência à comunidade porque estamos aqui adquirindo conhecimentos e todos eles são válidos pra passar às próximas gerações, pros meus parentes. Desde pequeno fui orientado a estudar. Desde um certo período da minha infância morei na cidade. E, quando voltava pra visitar meu pai, meus avós, os parentes que lá vivem, meus tios e tias sempre falavam pra eu continuar estudando, entrar na universidade, independente de qualquer curso, e o conhecimento estar voltando pra comunidade, estar ajudando meus primos, meus irmãos, meus parentes."

Diego Kamayurá,
 estudante do terceiro semestre de administração



"Estou me adaptando, mas, aos poucos, gostando de me envolver. A influência dos professores também é importante, pois eles são bons de dialogar, em todas as áreas. Acho que preciso me aprofundar mais, após terminar o curso, pra depois voltar e contribuir futuramente na aldeia. Antes eu não conhecia o que era Projeto Pindorama, mas fui pesquisar. A gente consegue as coisas correndo atrás. O Pindorama me ajudou bastante. Não seria possível estudar na PUC sem esse apoio. Eu não teria condições de pagar e estudar aqui sem apoio. Não é só a mensalidade: tem xerox e outros gastos, e isso dificultaria. Com a ajuda de custo dá pra se manter, mesmo com a minha companheira."

Wagner Xavante,
 da Terra Indígena São Marcos, em Mato Grosso. Estudante do primeiro ano de ciências sociais



“Acho que não seria possível fazer o curso sem a bolsa de estudos e a ajuda de custo, porque o curso é muito caro. O curso que faço é pesado, com bastante exatas, mas tá legal. Na PUC também participo das reuniões mensais e acho legal as atividades de socialização. Também participo de atividades fora daqui, seguindo minha mãe, que é envolvida na questão indígena. Vou com ela pras reuniões, pros encontros. A cidade em que moro tem política de promoção indígena e, em agosto, realizamos o Encontro dos Povos Indígenas. Essa política indigenista ajuda pra correremos atrás de nossos direitos e participo da Associação Indígena Multiétnica de lá.”

Arilson Granjeiro dos Reis, Pankararé.
 Está no primeiro ano de engenharia de produção e vive em Guarulhos



porque você aqui tem vivência, você acaba pegando as culturas das outras pessoas, vai se influenciando, trocando experiências. Às vezes, o medo que o indígena do contexto urbano tem, você vê que o outro tem. Há uma troca, né. Talvez eu conseguiria entrar na Universidade, mas é complicado tocar, porque o indígena tem que trabalhar. Eu teria que estudar e trabalhar três vezes pra conseguir me formar e eu não conseguiria me formar numa graduação assim, e muito menos numa universidade como a PUC. Porque pra você se formar pela PUC é muito complicado, sendo indígena ou não indígena. E é um grande prazer ser indígena na PUC.”

Jéssica da Silva Francisco, Pankararé, vive em Guarulhos, na Grande São Paulo, e faz o quarto ano de serviço social



Cursinho da Poli, que também é nosso parceiro, nos ajuda bastante e lá fiquei sabendo do Pindorama. Aí fui atrás e tinha que concorrer e passar até décimo segundo lugar pra conseguir uma bolsa. Aí passei em quarto lugar. Então, pra mim foi muito bom. O Pindorama é um paizão pra nós indígenas. Sou apaixonadíssima pelo Programa e tenho uma gratidão imensa. Tudo que eu puder fazer para dar visibilidade a ele e pra fortalecer o programa ‘é nós!’.”

Aparecida Oliveira ou Aparecida Pankararu, pedagoga formada, é da coordenação Programa Pindorama



“É uma experiência diferente, porque o estudo de lá, da aldeia, não é como o daqui. Minha expectativa não era tão abrangente, mas quando cheguei aqui vi que tem muita coisa, muitos assuntos abordados, gostei da universidade, ela dá possibilidades aos alunos. A importância do Programa Pindorama é que ele une os índios e faz com que a gente conheça a história um do outro, que tenha o conhecimento da sua cultura. Porque hoje o índio perdeu muito a origem, a questão da língua. Então, é bom aqui, porque a gente tem o conhecimento um do outro. A gente pega a possibilidade de melhorar o nosso dia a dia. Eu poderia conseguir a bolsa, mas não teria como me manter. Quem entra na universidade, nesse Programa, tem noção que um apoia o outro quando tem uma dificuldade, sempre tem aquele conjunto.”

Deise Silva, Pankararé. Estudante do primeiro semestre de administração e mora em Guarulhos



“O Brasil é um país muito etnocida, um país muito racista. Então esses espaços são bons pra conseguir reivindicações dos povos indígenas e o Pindorama propicia o debate, mas dentro das salas de aula ainda é muito carente porque você vê um povo muito dogmático na questão. Eles dizem: somos brancos, de origem europeia, de origem alemã, mas esquecem da cultura indígena, se esquecem da raça deles. Mas tem bastante etnia que resiste a essas questões. O Pindorama é um espaço importante pra levar essas questões, dar visibilidade a essas etnias, a essas culturas.”

Hans Quelca, Aymara do altiplano boliviano. Faz o segundo ano de Serviço Social na PUC. Acompanha o Pindorama, mas não é bolsista



“O Pindorama foi fundamental não só pra formação acadêmica, mas pra pessoal. Ajudou muito porque sou indígena que vive em contexto urbano. Minha mãe nasceu na aldeia Tracoeira, perto da Baía da Traição, depois de Rio Tinto, na Paraíba. Minha mãe saiu com uns vinte anos da aldeia e conheceu meu pai e então, nascemos eu e mais três irmãos. O Pindorama me ajudou num processo de resgate cultural porque eu sabia que era indígena, mas não sabia da importância da valorização da minha identidade étnica. Hoje já tenho esse conhecimento graças a essas reuniões que começaram aqui no Pindorama. No primeiro momento vim com o interesse de fazer uma universidade com nome, de ponta, e me dar bem no mercado de trabalho. Só que você começa a vir nas reuniões do Pindorama e você passa a perceber a importância da sua identidade, do seu ser, do seu passado, das suas raízes, coisas que muitas pessoas não têm. Aqui no Brasil, não só eu, mas muitas pessoas não sabem quem são seus antepassados, não conhecem a sua história. Aqui vi isso, entrei em contato com a minha história, resgatei e passei a valorizar meus antepassados. Infelizmente, somos frutos de um genocídio, frutos de um apagamento cultural que a elite europeia trouxe pro nosso país.”

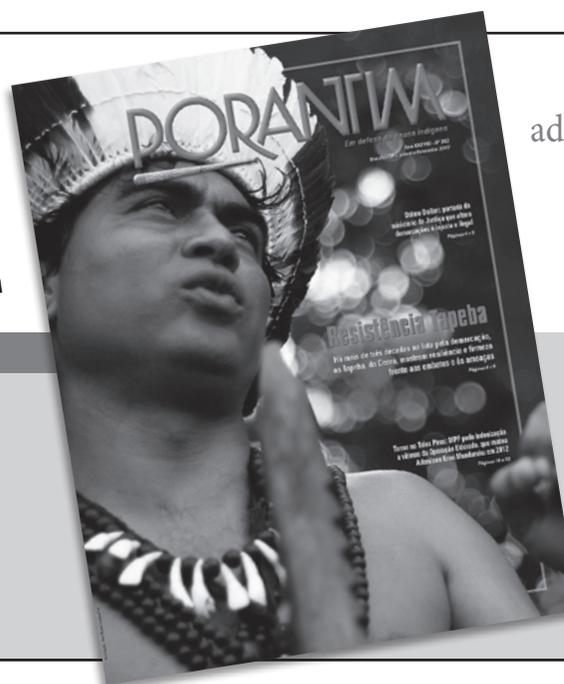
Alexsandro Cosmo de Mesquita, Potiguara, com mestrado em tecnologia e designer digital, faz parte da coordenação do Programa Pindorama



“O Programa Pindorama foi muito importante porque eu nasci no contexto urbano. Fui ter contato com a minha etnia, com os indígenas do contexto urbano e das aldeias depois que entrei para o Pindorama. Fui me reconhecer como indígena depois que entrei pro Pindorama. Então, é muito importante

quando nós chegamos ao meio acadêmico tivemos muitas dificuldades porque é algo diferente da nossa realidade. Então, um título acadêmico pra mim tem um valor diferente. O não indígena concorre muito entre eles, mas nós não, nós torcemos um pelo outro. Lá na aldeia, em Pernambuco, no Brejo dos Padres, a gente só tinha escola até o nível fundamental 1, mas eu fui atrás do fundamental 2, porque eu tracei a meta que queria entrar na universidade. Vim de lá em 1995, quando casei. Fui estudando até chegar no

Assine o
PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
 SKYPE: Adm Jornal Porantim
 www.cimi.org.br

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco
 Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios
 SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul
 Brasília-DF - CEP: 70.393-902

Ass. anual: **R\$ 60**
 Ass. dois anos: **R\$ 100**
 Ass. de apoio*: **R\$ 80**
 América Latina: **US\$ 50**
 Outros países: **US\$ 70**

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

Reverência a mártires da terra Xakriabá

Indígenas Xakriabá e participantes da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais fazem tributo a vítimas de genocídio impune há três décadas

Cimi Regional Leste

Na madrugada de 12 de fevereiro de 1987, um grupo de grileiros, liderado por Francisco de Assis Amaro, invadiu a Terra Indígena Xakriabá, no município de São João das Missões, norte de Minas Gerais. Chegaram por volta das duas horas da madrugada, arrombaram a casa do vice-cacique Rosalino Gomes de Oliveira e iniciaram um tiroteio. Rosalino, de 42 anos, e mais dois indígenas, Manuel Fiúza da Silva e José Teixeira Santana, foram brutalmente assassinados.

A esposa de Rosalino, Anísia Nunes, que, na época, estava grávida de dois meses e segurava uma criança no colo, foi ferida com um tiro. Seu filho, José Nunes de Oliveira, atual prefeito municipal, na época com dez anos, foi obrigado, sob mira de arma de fogo, a arrastar o corpo do pai do quarto onde foi fuzilado para que os pistoleiros confirmassem sua morte.

A chacina Xakriabá ganhou repercussão internacional e acirrou o conflito pela posse do território indígena. O crime, considerado genocídio, foi parte de um processo sofrido desse povo para reaver suas terras. Diversas outras lideranças tombaram e muitos desses crimes ficaram impunes.

Após trinta anos, o território Xakriabá continua ameaçado e invadido. Os ataques aos indígenas continuam sendo executadas pelos mesmos grupos políticos intolerantes, que desrespeitam as diferenças e insistem em negar o direito à efetivação dos projetos de vida do povo Xakriabá. Atualmente, os Xakriabá estão em processo de luta para garantir a demarcação de mais uma parte de seu território, com área identificada de 43.000 hectares e relatório publicado em 6 de outubro de 2014. Os conflitos permanecem e os constantes ataques realizados por posseiros e políticos levaram oito lideranças Xakriabá a serem incluídas no programa de proteção de defensores de direitos humanos do Estado de Minas Gerais.

Diante de tantas mortes e tanta impunidade, os indígenas, povos e comunidades tradicionais fizeram tributo aos trinta anos da chacina dos mártires do território indígena Xakriabá. Na força dos encantados, encorajando os jovens, animando o povo e reafirmando o compromisso com os guerreiros que tombaram e deixaram uma grande herança, reafirmaram a neces-

“Nesse momento em que cultuamos a memória de nossos mártires, reafirmamos como nosso compromisso e missão a luta pela libertação dos nossos territórios e pelo nosso projeto do Bem Viver”

sidade de manter viva a memória desses mártires, através da continuidade da luta e mobilização em defesa de seus territórios, da democracia e da liberdade.

Entre 10 e 12 de fevereiro, o povo Indígena Xakriabá e representantes da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais, celebraram os “Trinta anos dos Mártires da Terra Indígena Xakriabá”. Durante os três dias do evento, na aldeia Itapicuru, no Território Indígena Xakriabá, os

sete povos e comunidades tradicionais que compõem este importante espaço de resistência refletiram sobre a trajetória de luta na região.

Na atual conjuntura de ataques e negação de direitos, sob a luz dos mártires, lideranças e comunidades indígenas e povos e comunidades tradicionais fortaleceram a unificação de suas lutas. Com o lema “Articulação Rosalino Gomes de povos e Comunidades Tradicionais: Unificação, Articulação e Resistência em

defesa de direitos” renovaram o compromisso para continuar juntos e fortalecidos.

Os povos e comunidades tradicionais de geraizeiros, quilombolas, catingueiros, apanhadores de flores, vereiros, vazanteiros, juntamente com o povo indígena Xakriabá e organizações aliadas, promoveram importantes momentos de reflexão, de fortalecimento da luta, celebrando a memória dos indígenas e de outros mártires que doaram vidas em defesa de seus povos.

A juventude deu o seu recado, denunciando os ataques aos direitos constituídos e reafirmando o compromisso com a luta de seus antepassados. Ao som dos maracás e do batuque, os encantados se fizeram presentes e a espiritualidade conduziu o tom das denúncias e violações de direitos desses povos. E lembraram as ameaças representadas pelo projeto Matopiba, de avanço do agronegócio no Cerrado, e ainda pelas reformas da Previdência e do Ensino Médio. Não se esqueceram dos perigos representados pelas CPIs da Funai e do Incra, pela criminalização de lideranças e entidades parceiras, e ainda as ameaças da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, bem como as estratégias do governo golpista e ilegítimo e seus aliados.

Estes guardiões dos biomas do território brasileiro assumiram como principal objetivo a missão de continuar a luta em defesa da demarcação dos seus territórios: “A luta dos nossos antepassados é a nossa maior herança”, garantem na carta elaborada ao final do encontro. “Nesse momento em que cultuamos a memória de nossos mártires, reafirmamos como nosso compromisso e missão a luta pela libertação dos nossos territórios e pelo nosso projeto do bem viver”. ♦



Tributo às vítimas e apego na força dos encantados para prosseguir na luta



Renovação do compromisso pela continuidade da união e resistência na defesa dos direitos

O território Xukuru é ainda um vulcão ativo pela ineficiência do Estado brasileiro

As violações contra o povo Xukuru vão a julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos, após quinze anos de trâmites. Pela primeira vez, o Estado brasileiro é julgado por crimes contra os povos indígenas

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação

Na emboscada sofrida pelo cacique Marcos Xukuru, em 2003, os indígenas Milson e Nilson Atikum foram mortos. Ambos faziam a segurança da liderança que assumiu não só o posto do pai, Xikão Xukuru, executado cinco anos antes, mas também toda a violência reservada a quem desafia os coronéis deste pedaço agreste de Pernambuco. O povo Xukuru desafiou, e venceu. A ponto de hoje, na Vila de Cimbres, parte alta da Serra do Ororubá, batizar uma escola que atende 600 indígenas de “Escola Indígena Milson e Nilson”. No dia 23 de março, a aula foi diferente: todos e todas permaneceram em ritual acompanhando a sessão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), que ocorreu na Guatemala e iniciou o julgamento inédito do Estado brasileiro por crimes cometidos contra o povo Xukuru. Entre 1992 e 2003, cinco indígenas foram mortos diretamente em função da luta pela terra, que vitimou ainda um procurador da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Em 24 de abril, a defesa dos Xukuru enviou mais alegações, por escrito, à Corte Interamericana. Estima-se que a Corte dará sua sentença sobre o caso, condenando ou absolvendo o Brasil das acusações, em cerca de dois meses a partir desta data. Quando Chico Jorge Xukuru chegou, trazia em uma das mãos o cocar, cordões e correntes; na outra, o maracá e uma mochila. “Minha comadre, cadê o povo?”, perguntou o respeitado líder da Vila de Cimbres para Dona Zenilda Xukuru, mãe do cacique Marcos e esposa de Xikão. “Seu Chico, precisa dar uma reforçada”, respondeu Dona Zenilda. Chico Jorge colocou os adereços sobre uma mesa e partiu pelo mesmo lugar de onde chegou. “Nunca paramos a vida e a luta mesmo com tudo o que sofremos. Hoje não é diferente. O importante é os jovens saberem o que está acontecendo hoje”, explica Dona Zenilda. A rigor, toda a mobilização para o povo acompanhar o julgamento partiu da juventude. O núcleo de cinema Xukuru montou toda a estrutura de internet, som, imagem, reprodução. Logo o rosto do cacique Marcos Xukuru estava engravado numa das paredes do pátio da escola, partindo de um projetor moderno.

“Todo jovem Xukuru aprende a história de lutas do povo. Se trata de algo que está em todos os espaços de formação Xukuru. Em muitos desses episódios envolvendo o que está sendo julgado pela Corte Interamericana, eu ainda era bem garoto como muitos jovens Xukuru. Sem dúvida, essa memória e a reparação que esperamos que ocorra compõem a nossa história”, diz Guilherme Xukuru, uma jovem liderança do povo recém formado em Direito. A escola já estava tomada por estudantes e demais integrantes das aldeias Xukuru. Durante todo o dia, estes indígenas seguraram um intenso ritual, parado apenas para

que os mais velhos relatassem aos mais novos as razões que levaram o Estado brasileiro a ir parar no banco dos réus pelos crimes sofridos pelo povo Xukuru – inclusive de agentes policiais. Cacique Marcos Xukuru relatou aos juizes da Corte Interamericana de Direitos Humanos:

“Eu vi o meu pai ser assassinado. Eu vi o filho do pajé levar um tiro. A reconquista do território Xukuru não foi mérito do governo federal. Sempre houve uma pressão nossa para que o Estado brasileiro cumprisse o seu papel”, disse o cacique. Para Dona Zenilda Xukuru, “nunca é tarde pra se pedir justiça. Por conta da perseguição que sofremos, porque eu chamo de massacre o que aconteceu”. A advogada Caroline Hilgert, da Assessoria Jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), fez as alegações iniciais. De todas as formas, os representantes do Estado tentaram desqualificá-las, pedindo até a destituição de uma das testemunhas, a antropóloga e professora da Universidade Estadual de Pernambuco, Vânia Fialho.

“Nunca é tarde pra se pedir justiça. Por conta da perseguição que sofremos, porque eu chamo de massacre o que aconteceu”
Dona Zenilda Xukuru



Enquanto acompanham, no território Xukuru, o julgamento que acontece

“Lembro-me muito jovem, aos oito anos de idade, quando todo o território estava invadido e com meu pai o via organizando o povo, onde muitos tinham medo de assumir a identidade Xukuru e faziam seus rituais escondidos. Conseguimos, aos poucos, ir trazendo as famílias, e assim juntamos nosso povo que estava disperso e perseguido. Muitos do nosso povo foram espartilhados vivos na praça de Cimbres apenas por falar a língua”, explicou aos juizes cacique Marcos. A liderança diz ter ouvido os testemunhos dos peritos, que lançam ao governo a responsabilidade pela demarcação. “Boa parte do que foi dito das indenizações, que de fato ocorreram, mas tiveram início apenas em 2001. O povo Xukuru, no entanto, já vinha retomando o território desde 1990. Ou seja, as indenizações só passaram a ocorrer com os não-indígenas fora do território”. A morosidade, inclusive, motivou conflitos e mortes entre os Xukuru.

Entre o início do processo de demarcação, em 1989, e a homologação da Terra Indígena Xukuru, em 2001, transcorreram-se 12 anos. Desde então, o Estado ainda



Povo Xukuru desce a serra de Ororubá no dia 20 de maio, em memória à data em que o cacique Xikão foi assassinado



na Guatemala, indígenas fazem ritual para pedir proteção e ajuda

“Eu vi o meu pai ser assassinado. Eu vi o filho do pajé levar um tiro. A reconquista do território Xukuru não foi mérito do governo federal. Sempre houve uma pressão nossa para que o Estado brasileiro cumprisse o seu papel.”

*Cacique Marcos Xukuru,
na Corte Interamericana*

beiras de estradas porque o Estado não demarca suas terras. Meu pai, cacique Xikão, dizia que se dependesse do Estado brasileiro não existiam mais indígenas”.

Cacique Marcos é integrante do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI). As alegações do Estado à Corte basearam-se em dois pontos: o território já está titulado, ou seja, o procedimento administrativo de demarcação está concluído, além do fato de que os Xukuru não esgotaram as instâncias da Justiça Federal antes de encaminharem o processo à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O caso dos Xukuru foi denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 2002. No relatório de mérito do caso, divulgado em julho de 2015, a CIDH conclui que o Estado brasileiro é responsável pelas violações de direitos do povo Xukuru e faz recomendações ao Estado brasileiro, não cumpridas até hoje. Por isso, em março de 2016, a CIDH decidiu submeter o caso à Corte Interamericana. São representantes do povo Xukuru na Corte Interamericana o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)/Regional Nordeste, o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Justiça Global.

A audiência do dia 23 de março foi a primeira e única durante todo o julgamento do caso. “Muitos povos indígenas do Brasil esperam vinte, trinta anos enquanto os processos de demarcação se arrastam e resultam em situações de violência e criminalização”, avalia o cacique Marcos Xukuru. “Há um conjunto de ações do Estado brasileiro que inviabilizam a reconquista de nossos territórios e a efetivação de direitos que temos garantidos. Sem voz frente ao Estado, ficamos numa vulnerabilidade muito grande. Não vemos outra maneira de resolver, a não ser pela pressão internacional”.



“O território Xukuru é ainda um vulcão ativo pela ineficiência do Estado brasileiro”, afirma cacique Marcos Xukuru à Corte Interamericana



Em Pesqueira (PE), na Terra Indígena Xukuru, indígenas acompanharam com o cantos e rezas o julgamento do Brasil pela Corte Interamericana, que transcorria na Guatemala



Pajé Zequinha, cujo filho foi assassinado em 1995, fala ao microfone

Histórico do caso

A Serra do Ororubá, em Pesqueira (PE), município encravado no Vale do Ipojuca, é o cenário de um contexto com mais de três séculos de espoliação e morte do povo Xukuru. Mas, nos anos 1980, essa trajetória começou a mudar. Com a nomeação de Xikão como cacique, os Xukuru se articularam e, após quase 20 anos de luta, em 2001, conseguiram a homologação dos 27.555 hectares em que vivem. Essas mesmas terras que já viram tanta morte abrigam, hoje, mais de 11 mil indígenas que lutam diariamente contra o preconceito e a violência para manter sua cultura viva.

Com o fim do regime militar e a transição democrática, a Constituinte de 1988 tornou-se o centro da luta do movimento indígena. Em Brasília (DF), Xikão e outras importantes lideranças indígenas e enti-

dades indigenistas percorreram gabinetes, arregimentaram apoiadores, discutiram propostas, organizaram manifestações e, no final, viram entrar na nova Constituição o direito dos povos originários a suas terras tradicionais.

A vitória trouxe ânimo e, em 1990, os Xukuru iniciaram a retomada de partes de seu território tradicional, enquanto aguardavam a demarcação de sua terra pelo Estado. No decorrer dos anos 90, frente ao atraso da demarcação, uma sucessão de retomadas levou os fazendeiros a reagir. Em 1992, Pajé Zequinha teve o filho assassinado e, em 1995, o advogado da associação, Geraldo Rolim, também procurador da Funai, foi morto a tiros pelas costas.

Xikão sempre acreditou que a base da mudança de seu grupo estava na educação e na organização. Promoveu a criação de

comissões de saúde e educação nas aldeias e da Associação do Povo Xukuru – sistema que funciona até hoje e estimula a participação dos indígenas nas decisões do grupo, geralmente discutidas em assembleias e seminários. Na manhã de 20 de maio de 1998, Xikão saía de casa, no bairro Xukuru, em Pesqueira, quando percebeu a chegada de um pistoleiro. Não teve chance de defesa. O assassinato teve repercussão internacional e mobilizou seu povo. Três anos depois, o líder da aldeia Pé de Serra, Chico Quelé, foi assassinado.

No dia 7 de fevereiro de 2003, com a terra Xukuru homologada há dois anos, a história mais uma vez se repetiria. Uma emboscada contra o cacique Marcos, filho e sucessor de Xikão, resultou na morte de dois indígenas responsáveis por sua segurança. Ao saber do atentado, os Xukuru

decidiram reagir. Na véspera do carnaval daquele ano, um rastro de fumaça no céu indicava que a Vila de Cimbres havia sido retomada pelos Xukuru, 300 anos depois de construída em território sagrado indígena pelos colonizadores portugueses.

Criminalização

A reação dos Xukuru resultou na condenação de 35 indígenas, entre eles o cacique Marcos, a quatro anos de prisão. As investigações e denúncias afirmam que Marcos armou o atentado e a morte de dois indígenas para aguçar a revolta do seu povo e a saída das famílias não índias da vila. O mesmo ocorreu nas investigações dos assassinatos do cacique Xikão e de Chico Quelé, pelos quais foram culpados indígenas Xukuru. ♦

Povos antigos da Amazônia espalharam as fruteiras das florestas atuais

Em estudo publicado pela revista científica *Science*, em março, a pesquisadora Carolina Levis e dezenas de outros colegas do Brasil e do exterior traçaram o mais completo mapa da presença de árvores domesticadas na Amazônia. Com informações sobre a distribuição de quase cinco mil espécies arbóreas, os estudos comprovam a influência dos povos indígenas antigos na construção das florestas atuais, com a disseminação de árvores frutíferas

Foto: Bernardo Flores



Dados vastos sobre a arqueologia e a florística da Amazônia embasam a pesquisa de Carolina Levis

“A flora amazônica é, em parte, uma herança viva de seus antigos habitantes”

Carolina Levis

Railda Herrero, colaboradora

“Por muitos anos, os estudos ecológicos ignoraram a influência dos povos indígenas antigos nas florestas atuais. Um quarto das espécies de árvores domesticadas por esses povos são amplamente distribuídas na região e dominam grandes extensões de florestas na Amazônia”, afirma a bióloga e pesquisadora Carolina Levis. “A maior abundância e riqueza de espécies domesticadas foram encontradas em florestas próximas de sítios arqueológicos. Estes resultados indicam que a flora amazônica é, em parte, uma herança viva de seus antigos habitantes.”

Os dados que comprovam essa tese estão em pesquisa publicada na revista científica *Science*, no início de março. O estudo é parte da tese de doutorado que Carolina Levis está desenvolvendo no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) no Brasil e na Wageningen University & Research (WUR), na Holanda. Ela liderou o estudo junto com um grupo de seis pessoas, incluindo os seis primeiros autores e o último da lista.

Ainda hoje, as espécies domesticadas são extremamente importantes para o sustento dos povos amazônicos. Dentre essas 85 espécies, incluem-se fruteiras comercializadas mundialmente, como o cacau, castanha-do-Brasil e açaí, constata a bióloga. “A pesquisa tem implicações importantes para a conservação. Mostramos que o sudoeste e leste da Amazônia são as regiões que concentram a maior abundância e riqueza de espécies domesticadas, e, ao mesmo tempo, é onde ocorre a maior parte da degradação e desmatamento. Essas florestas devem ser prioridades para conservação já que, além de serem heranças dos povos antigos, ainda concentram espécies de alto valor para as populações humanas atuais”.

Carolina Levis explica que a ideia da pesquisa surgiu no final da tese de mestrado, em 2012, quando resolveram expandir a análise feita na Amazônia Central para toda a bacia. Ela relembra que, no início do doutorado, em 2014, foi feito um convite a toda a rede de pesquisadores em diversidade florística da Amazônia (ATDN) e arqueólogos para cederem seus dados e participarem da pesquisa. “Durante os três dias seguintes, analisamos os dados florísticos e arqueológicos disponíveis para a bacia e escrevemos o artigo”.

Hans ter Steege coordena a Rede de Diversidade das Árvores da Amazônia (Amazon Tree Diversity Network). O estudioso holandês é responsável pelos

dados sobre a localização das árvores da pesquisa, além de participar da análise espacial das informações. O co-supervisor de Carolina Levis diz que “como ecologista fiquei surpreso em ver tanta influência dos povos pré-colombianos em partes da Amazônia”.

Steege defende que, apesar da imensa variedade de espécies, a Amazônia abriga árvores hiperdominantes, ou campeãs. Somadas, são 227 espécies, mais comuns que a média e correspondem praticamente à metade de todas as árvores da região. Das 85

“Fiquei surpreso em ver tanta influência dos povos pré-colombianos em determinadas partes da Amazônia”

Hans ter Steege

árvores domesticadas, vinte espécies estão na lista das hiperdominantes, ou seja, mais de cinco vezes o que se espera. Estas “campeãs” estão em 70% da região, sugerindo que a ação humana foi responsável pela disseminação dessas plantas domesticadas. A pesquisa comprovou que nas proximidades de sítios arqueológicos ou rios estava a maioria das espécies manejadas pelos antigos povos indígenas e as plantas se espalharam de acordo com a movi-

mentação deles.

Carolina Levis destaca a importância das constatações da pesquisa: “A gente está falando de sistemas sofisticados de produção de alimentos, mas que são muito diferentes dos de hoje porque a diversidade em si era algo importante. Você não tem o manejo de uma única espécie agrícola, mas de várias, mantendo a floresta em pé”.

Patrimônio natural e cultural

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou, em 2 de março, um extenso artigo sobre as constatações na pesquisa publicada na revista *Science*. Em entrevista ao jornal, o arqueólogo Eduardo Góes Neves, da USP, que também assina a pesquisa, calcula que essa grande processo de “engenharia florestal” amazônica começou há pelo menos seis mil anos. Mas pode ter se intensificado de uns 2.500 anos para cá, pois é quando a região fica repleta de sítios com a chamada terra preta, ou seja, solo fértil resultante da ação humana, em parte pela queima controlada de restos de vegetais.

“Nossos dados mostram que a linha separando caçadores-coletores de agricultores na Amazônia foi muito tênue”, declarou Neves ao jornal paulistano. Para o arqueólogo, “existe uma ‘zona cinzenta’ na história de manejo dessas plantas, algumas das quais foram intensamente manejadas, mas nunca modificadas geneticamente a ponto de virarem novas espécies”. Ainda segundo Neves, o estudo mostra que, além de serem um patrimônio natural, as florestas da região também são um patrimônio cultural, por sua ligação estreita com a intervenção humana.

Um imenso pomar

Distribuição de árvores e sítios arqueológicos pré-históricos ressaltam o impacto de populações pré-colombianas na floresta amazônica, que poderiam somar até dez milhões de índios

Maria Guimarães – Pesquisa Fapesp*

Bem antes da chegada dos europeus à América, a Amazônia era coalhada de índios que sabiam muito bem usar a floresta em benefício próprio. Eles selecionavam e cultivavam plantas a ponto de alterar suas propriedades, escavavam valas circulares ou quadradas visíveis a quilômetros de altitude e faziam reservatórios de água. O resultado de milênios de alterações é uma floresta que pouco tem de virgem, de acordo com botânicos e arqueólogos.

“Detectamos que perto de sítios arqueológicos há uma maior concentração e diversidade de árvores usadas pelos índios”, conta a bióloga Carolina Levis, doutoranda no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e na Universidade de Wageningen, na Holanda, e primeira autora de um artigo publicado este mês na revista *Science*, que pela primeira vez examinou correspondências entre dados arqueológicos e botânicos. As diferenças são tão marcantes que ela sugere usar a composição da flora como assinatura para localizar assentamentos humanos antigos. Levando em conta as árvores atuais, detectou 85 espécies usadas e domesticadas pelos índios, como o açaí-do-mato, a castanha-do-pará e a seringueira.

Os resultados foram possíveis graças a dois extensos bancos de dados. Um compilado pelo arqueólogo Eduardo Tamanaha, doutorando no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE-USP), e pelo ecólogo André Junqueira, agora em estágio de pós-doutorado na Universidade de Wageningen, que inclui dados de mais de três mil sítios arqueológicos. O outro foi criado pelo botânico Hans ter Steege, do Centro de Biodiversidade Naturalis, na Holanda, formando uma rede de pesquisadores que fizeram inventários botânicos em 1.170 parcelas de amostragem na Amazônia, com mais de quatro mil espécies de árvores.

Itinerários

Procurar pistas do processo de domesticação no material genético dessas plantas é o foco do biólogo norte-americano Charles Clement, do Inpa, coorientador de Carolina junto com a bióloga Flávia Costa e um dos autores do artigo. Um exemplo é a pupunha (*Bactris gasipaes*), uma palmeira que ele ressalta ser apreciada pelos frutos, não apenas pelo palmito conhecido no Sudeste. Na variedade silvestre, cada fruto pesa por volta de 1 grama (g), mas pode chegar a 200 g na Amazônia ocidental, na versão domesticada.

Para Clement, as pesquisas sugerem que a agricultura não é inerente a grandes sociedades. Para quem vive em uma floresta, domesticar a paisagem pode gerar tanto alimento quanto lavouras em outros lugares do mundo. A abundância das plantas usadas pelos índios sugere que muitas domesticações aconteceram no sudoeste da Amazônia, onde também teriam surgido famílias linguísticas importantes, como o Tupi e o Arawak. “Esses grupos podem ter levado as plantas por grandes distâncias”, sugere Carolina. A correlação entre árvores hiperdominantes e indícios de populações humanas antigas é mais forte no sudoeste da Amazônia, como Rondônia, e também na região da foz do Amazonas, mas conclusões definitivas esbarram em amplas extensões desconhecidas tanto do ponto de vista florístico quanto arqueológico. Uma das dificuldades é saber se a distribuição das árvores foi realmente alterada por gerações e gerações de índios, ou se os povos se estabeleceram onde havia recursos valiosos.



O açaí solitário é um dos diversos frutos domesticados pelos povos pré-colombianos



Biribá (*Annona mucosa*), uma das plantas domesticadas pelos povos originários

Vida na floresta

“Os resultados corroboram a visão de que sempre houve gente na Amazônia e a floresta atual não é tão natural assim”, provoca o arqueólogo Eduardo Góes Neves, professor do MAE e um dos autores do estudo. O próximo passo é trabalhar com mais refinamento, investigando a partir dos dados arqueológicos as espécies domesticadas no passado. “A arqueologia é uma ciência social, mas precisa dialogar com as ciências naturais.”

Uma parte importante dessa história antiga está em Rondônia, perto de Porto Velho, onde Neves há 10 anos começou a escavar com o arqueólogo Fernando Almeida, à época seu estudante e agora professor da Universidade Federal de Sergipe. Uma abundância de terra preta, resultado de sucessivas queimadas que desmancham a matéria orgânica, inclusive excrementos, sugere uma grande população por um período prolongado. É um solo mais fértil que não se desgasta com o passar do tempo e das águas. Além disso, seu pH quase neutro preserva vestígios de plantas, cerâmicas e outros indícios de vida humana, nesse caso de até 6,5 mil anos atrás. “Nessa época já havia plantas domesticadas”, conta o professor do MAE.

Durante migrações nas imensas distâncias amazônicas, grupos humanos provavelmente encontravam uma barreira na cachoeira de Teotônio, no rio Madeira. Quantidades industriais de peixe estavam disponíveis até a área ser inundada pela represa da hidrelétrica de Santo Antônio, em 2011. “O sedentarismo era favorecido pela pesca”, conta Almeida. Mas também há indícios de que o cultivo da mandioca começou ali, segundo ele em grande parte

para fazer cerveja. Há milênios a bebida não só é usada em rituais, mas também como alimento, conforme descreve em artigo de 2015 na revista *Estudos Avançados*.

A fermentação deixa um craquelado típico nas cerâmicas, mas identificar as plantas usadas (mais frequentemente milho, além de mandioca) requer a análise de vestígios vegetais. A arqueóloga inglesa Jennifer Watling, em estágio de pós-doutorado no MAE sob supervisão de Neves, tem encontrado em Teotônio amostras antigas de plantas como abóbora, feijão e milho, inclusive no interior de fragmentos de cerâmica: indício de uso para alimentação.

A cerca de 400 quilômetros dali, no Acre, Jennifer também estudou a vegetação – atual e antiga – em torno de trincheiras com até 11 metros (m) de largura e 4 m de profundidade formando figuras geométricas com até 300 m de diâmetro, os geoglifos. Os vestígios de plantas mostram que há 6 mil anos a região era coberta por bambus, dominantes ainda hoje, e que os geoglifos mais antigos foram construídos entre 3 mil e 3,5 mil anos atrás em uma paisagem já alterada pela atividade humana. Essa vegetação, mais fácil de cortar, era retirada apenas nos locais de escavação, de maneira que as estruturas permaneciam escondidas. Outro indício de alteração antrópica é uma grande quantidade de palmeiras há dois mil anos, um período no qual ocorreram queimadas e as condições climáticas não favoreciam o aumento na densidade desse tipo de planta.

Construção

Jennifer explica que grupos distintos devem ter usado os geoglifos durante longos períodos, até 3 mil anos, algo como um ponto de encontro. Mas não há indícios de grandes povoados por perto. “As pessoas eram nômades e acampavam do lado de fora dos geoglifos”, diz a arqueóloga Denise Schaan, professora na Universidade Federal do Pará. Usando também imagens de satélite, ela estuda essas estruturas em parceria com colegas finlandeses desde 2005 em toda a região que envolve as fronteiras entre Acre, Rondônia, Amazonas e Bolívia. Desde o final de 2016 eles começaram a usar uma técnica conhecida como LiDAR (Light Detection and Ranging), a bordo de drones, para mapear a topografia do solo em áreas com floresta. “Estamos encontrando estruturas que mesmo em áreas desmatadas tínhamos dificuldade de enxergar.”

Bem longe dali, Denise também estuda indícios de povoados na região de Santarém-Belterra, no centro do Pará. São mais de 100 sítios arqueológicos em uma região de domínio dos índios Tapajós deteriorada pela agricultura mecanizada de soja. A surpresa foi encontrar sinais de povoações antigas em platôs e longe dos grandes rios. “Eles aproveitavam depressões para cavar poços que podiam ter desde 8 m até 100 m de largura, nos quais recolhiam água das chuvas e praticavam agricultura.” Ela conta que até recentemente populações locais usavam esses poços, prática abolida pela contaminação por defensivos agrícolas.

Em conjunto, esses estudos reforçam a noção de que havia muita gente na Amazônia antes da chegada dos europeus, talvez entre 8 milhões e 10 milhões de índios. Algumas interpretações, porém, são vistas com cautela por outros pesquisadores, como a paleoecóloga Crystal McMichael, professora na Universidade de Amsterdã, na Holanda. Em artigo publicado em janeiro na *PNAS*, ela e colegas apontam que grande parte dos estudos botânicos é feita nos locais onde seres humanos viveram, de maneira que as alterações deixadas na floresta podem ter um peso desproporcional no entendimento ecológico da região. “Estudamos uma fração tão pequena da Amazônia, tanto em termos de arqueologia como de ecologia, que devemos ter cuidado ao extrapolar para áreas inexploradas em qualquer uma das disciplinas”, avisa.

* Texto adaptado a partir de matéria publicada na edição 253, em março de 2017, da Revista Fapesp, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Texto completo: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/03/17/um-imenso-pomar/>

Ka'apor da TI Alto Turiaçu contra madeireiros, Funai e criminalizações

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

Entre 2013 e 2016, a Guarda Florestal organizada pelos Ka'apor fechou 14 ramais madeireiros no interior da Terra Indígena Alto Turiaçu (MA). O impacto gerado nos ganhos ilegais dos patrões da madeira trouxe consequências ao povo. Em abril de 2015, o indígena Eusébio Ka'apor foi assassinado com dois tiros nas costas; em dezembro do mesmo ano, cerca de 60 madeireiros invadiram a aldeia Turizinho. Na ação, a adolescente Iraúna Ka'apor acabou sequestrada pelos madeireiros - e segue desaparecida, apesar das denúncias feitas à Polícia Federal.

Para este ano, o Conselho de Gestão do povo não espera algo diferente. "Estamos fazendo esse trabalho sozinhos. A Funai, que deveria nos ajudar, só tem atrapalhado", explica Itahu Ka'apor.

Divisão interna e criminalização de apoiadores do povo são algumas das intervenções dos agentes do órgão indigenista denunciadas pelos indígenas. No último mês de dezembro, quatro indigenistas foram proibidos judicialmente de entrar na Terra Indígena Alto Turiaçu.

"São pessoas que nos apoiam e respondem por isso. O Conselho de Gestão não foi consultado sobre essa decisão. A Funai tinha era que impedir a entrada dos madeireiros, não de quem nos ajuda a construir um projeto de vida diferenciado, com autonomia", enfatiza Itahu. Para o Conselho, por trás do impedimento judicial está o interesse dos madeireiros. Entendendo a decisão como desproposita, o juiz José Carlos do Vale Madeira da 3 Vara Federal de São Luís a tornou sem efeito.

Em 26 de janeiro, os integrantes do Conselho foram a São Luís denunciar o episódio em conversas com órgãos estaduais e federais, incluindo demandas com o Programa Nacional de Defensores de Direitos Humanos. "A Funai tem dito que estamos divididos. Não estamos. Das 17 aldeias, 14 apoiam o Conselho de Gestão. As outras três caíram na conversa de que o povo tem de ter cacique e a Funai nomeou um. Quem nos divide é a Funai, que não respeita a forma de organizar do povo", diz.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) segue a mesma linha da Funai. No final de novembro, os Ka'apor ocuparam por três dias o Polo Base de Saúde em Zé



"A Funai, que deveria nos ajudar, só tem atrapalhado"

do Doca. "Entre 2015 e 2016, 40 Ka'apor morreram por desassistência. Nossas aldeias têm muitos problemas de saúde. Pacientes estão se encaminhando por conta aos hospitais, onde sofrem discriminação. Queremos outros profissionais, um melhor atendimento. Por isso o protesto. Não dá pra ver quieto parente morrendo", pondera Gilmar Ka'apor.

Como resposta, os Ka'apor foram atacados pelos órgãos federais e o episódio serviu para a ação de banimento judicial dos quatro indigenistas da Terra Indígena Alto Turiaçu. "Era por conta da nossa saúde indígena e

aproveitaram para tentar enfraquecer o Conselho de Gestão e o nosso projeto de vida autônomo. É esse projeto que tem protegido a terra dos madeireiros e nos feito avaliar de forma crítica as políticas públicas pro povo indígena", pontua Itahu.

Os caminhos da madeira

Há alguns anos, os Ka'apor mudaram as perspectivas de organização do povo. Acabaram com o regime de caciques e criaram o Conselho de Gestão Ka'apor, além de conselhos locais para cada uma das 17 aldeias. "O principal objetivo era fortalecer o nosso jeito de ser, tomar decisões coletivas e proteger o território dos invasores, principalmente madeireiros", diz Itahu. O chamado "projeto de vida" acabou por ser responsável pela formação da Guarda e toda resistência aos madeireiros.

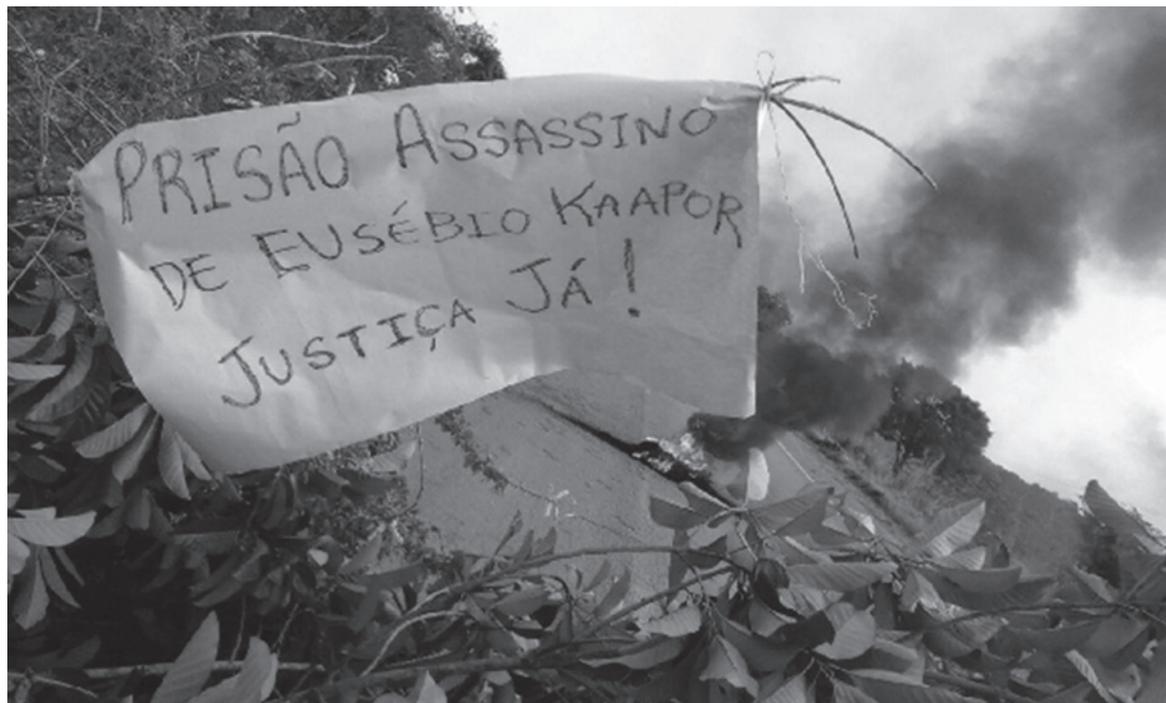
A retirada ilegal da madeira passou a sofrer resistência organizada, com os guardas percorrendo o território, destruindo acampamentos madeireiros, incendiando tratores e fechando ramais. Os Ka'apor passaram a expulsar os invasores, varrendo-os de mais de uma dezena de porções da terra tradicional. A quantidade de madeiras instaladas nos municípios da região diminuiu, mas não acabou. "Hoje eles estão concentrados pro lado do povoado de Vitória da Conquista, município de Zé

Doca. Exatamente onde estão as três aldeias que a Funai criou cacique e faz fofoca", afirma Itahu.

Os indígenas afirmam que nessa região a movimentação madeireira ocorre 24 horas. Para quem quiser ver, mas nada é feito. Na verdade é o local de livre trânsito que restou aos madeireiros. Todos os demais são fiscalizados, com ramais antes abertos para as cidades de Centro do Guilherme, Santa Luzia e Governador Lúcio Freire. Um deles, o Ramal 45, é onde constantemente os Ka'apor sofrem ameaças e emboscadas. Ou seja, mesmo com a Guarda os madeireiros ainda tentam entrar na terra indígena.

"Trabalho do guarda florestal vai continuar. Por isso a gente não aceita venda ilegal de madeira. Estamos fechando ramais. Se entrar, vamos fazer nosso trabalho porque temos de defender o nosso território. A Funai tem que somar, mas só tem trazido problemas", explica Itahu. O indígena destaca que o povo não quer voltar ao passado, quando os madeireiros levavam bebidas alcoólicas, drogas e violência às aldeias.

"Vivíamos mal. Hoje estamos fortalecidos, inclusive na educação escolar e alimentos diferenciados, da gente". A Funai, conforme os indígenas, decidiu abandoná-los por tais escolhas. "Desde agosto de 2016 fecharam a CTL (Coordenação Técnica Local) e ninguém sabe se alguém assumiu, não fomos informados de nada. Estamos perdidos, sem informação. Sobre a questão da aposentadoria, não sabemos de nada, nunca mais falaram com a gente". Itahu complementa: "Não temos caciques dentro da terra indígena, só o Conselho de Gestão e os conselhos das aldeias. Vamos continuar conforme a maneira do nosso povo. Comida, escola, vida, organização: tudo diferenciado. Não vamos aceitar essa intervenção que nos enfraquece, tenta nos dividir e coloca madeireiro dentro do território".



Francisco pede maior participação dos povos indígenas nas decisões

Vatican Insider. Tradução de André Langer, IHU Unisinos

“Integração com plena participação”. Para “garantir uma cooperação pacífica entre as autoridades governamentais e os povos indígenas que supere contradições e conflitos” é necessário “favorecer uma maior participação dos povos originários na economia”. Essas são palavras do Papa Francisco e proferidas durante o encontro, que aconteceu antes da Audiência Geral de quarta-feira (15-02-17), com 40 representantes dos povos indígenas na pequena sala contígua à Sala Paulo VI.

“Tenho o prazer de me encontrar com vocês ao término dos trabalhos do III Fórum dos Povos Indígenas convocado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida – vinculado à ONU), que comemora este ano o 40º aniversário de sua fundação”, no qual se refletiu sobre as soluções para “favorecer uma maior participação dos povos originários na economia”.

O principal problema, indicou o Papa, é “como conciliar o direito ao desenvolvimento incluindo também o direito de tipo social e cultural, com a proteção das características próprias dos indígenas e de seus territórios. Isto fica mais evidente sobretudo quando se trata de estruturar atividades econômicas que possam interferir nas culturas indígenas e em sua relação ancestral com a terra. Neste sentido, sempre deve prevalecer o direito ao consentimento prévio e informado, segundo exige o artigo 32 da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas”.

“Para isso – continuou Francisco –, pode ajudar de maneira especial o Fida, com seu financiamento e competência, reconhecendo que um desenvolvimento tecnológico e eco-



Papa diz que é preciso favorecer maior participação dos povos originários na economia

nômico que não deixa como legado um mundo melhor e uma qualidade de vida integralmente superior, não pode ser considerado progresso”.

“E vocês – concluiu –, em suas tradições, em sua cultura (porque o que vocês levam na história é cultura), vivem o progresso com um cuidado especial à Mãe Terra. Neste momento, quando a humanidade está pecando gravemente ao não cuidar da Terra, eu exorto vocês para que continuem dando testemunho disso e não permitam que novas tecnologias, que são lícitas e boas..., mas não permitam aquelas que destroem a Terra, que destroem a ecologia, o equilíbrio ecológico e que acabam destruindo a sabedoria dos povos”.

Indígenas Guarani Mbya retomam área tradicional sobreposta por Fundação extinta pelo Governo do RS

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

Cerca de 30 famílias Guarani Mbya retomaram neste final de semana uma área de ocupação tradicional no Balneário de Maquiné (RS). O território está sobreposto pelo Centro de Pesquisas do Litoral Norte da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) - um projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa, em 21 de dezembro de 2016, extinguiu a Fundação em todo o estado.

Porção de Mata Atlântica preservada, fauna e flora diversa, um rio, matéria-prima farta para artesanatos e terra propícia ao plantio estão mantidos nos 300 hectares de área. “Muito tempo que ocupamos esse litoral. Mas aí fomos sendo expulsos. Colono chegava e tirava. Nossos velhos decidiram ir voltando. Seguimos nessa volta. Queremos agora a demarcação”, explica o cacique André Benites.

Os Guarani Mbya ocuparam um dos pavilhões do Centro de Pesquisas. O presidente da Fepagro, Adoralvo Schio, afirmou à rádio Litoral Mania que não há uma definição pelo Governo do Estado do que será feito. Todavia, informações extra-oficiais dão conta de que um pedido de reintegração de posse estaria sendo arquitetado pelo Poder Público. Nada, porém, está confirmado.

Se antecipando a tal possibilidade, procuradores do Ministério Público Federal (MPF) visitam os Guarani Mbyá na tarde desta terça-feira, 31, “com o objetivo de tranquilizar os indígenas e ouvi-los”, explica o Coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - Regional Sul, Roberto Liebgott. Distante 500 quilômetros da capital Porto Alegre, a nova aldeia Guarani Mbyá já recebeu a solidariedade de outras comunidades.

Cacique da Aldeia Tekoa Anhetenguá, na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, José Cirilo Morinico declarou ao Amigos da Terra Brasil que soube da retomada, se somou. “Tenho neto já. Com uma pequena área dentro da cidade de Porto Alegre não tem condições de ser criado dentro da cultura dele. Sou solidário aqui porque vai ampliando o território dos Guarani, porque vamos ter mais acesso a viver na nossa cultura. Hoje vivemos em pequenas áreas como um passarinho cercado”.



Mais terra, para não “viver como passarinho cercado”

Os indígenas afirmam que o principal desejo é de viver conforme o modo de vida Guarani. “Nosso povo vive de um jeito muito ruim no Litoral, e no resto do RS. As áreas que nos tem dado são imprestáveis, sem nada para seguir a vida. Aqui tem futuro para nós. Tudo que nós precisamos está aqui. Árvores com frutas, terra para plantar, água para beber”, relatou o cacique André Benites em entrevista ao cartunista Latuff.

Solidariedade aos Guarani Mbya

A entidade Amigos da Terra Brasil está recolhendo doações aos Guarani Mbya. A CasaNat, local destinado a recolher os doativos, fica na Rua Olavo Bilac, 192, Bairro Azenha, Porto Alegre. Para outras informações e horário, os organizadores pedem aos doadores que entrem em contato pela página da entidade no facebook.

“Neste exato momento, guerreiros e guerreiras indígenas estão precisando do apoio das pessoas que são adeptas à causa e entendem que é necessário lutar contra estas injustiças do passado, para divulgação e fortalecimento da luta”, diz trecho de chamamento público veiculado nas redes sociais pelos apoiadores dos Guarani Mbya.

Pauta Indígena

- 5/1**
 - 2017: perspectivas de mudanças de cenários no Médio Solimões
 - 9/1**
 - Irmã Delminda: guerreira na luta pela vida dos povos
 - Guarani Kaiowá com transtornos mentais leva dois tiros da PM e termina acusado de cometer cinco crimes
 - 10/1**
 - Vinte grupos estrangeiros têm três milhões de ha de terras no Brasil
 - Boaventura de Sousa Santos: “Mundo caminha para rupturas”
 - 11/1**
 - Com despejos iminentes, indígenas Guarani Kaiowá afirmam que resistirão nas terras tradicionais
 - Apresentadora da Record diz que índios têm de morrer de malária, sem remédios
 - 12/1**
 - Ruralistas da CPI Funai/Incrá gastaram mais dinheiro público em 2016 do que o Estado com demarcações
 - 13/1**
 - Governo Temer nomeia pastor a presidente da Funai e inclui um general do Exército na equipe
 - Missionários da Consolata na América definem opções de trabalho para projeto continental
 - 16/1**
 - Nota pública: “Recuar jamais na defesa dos direitos conquistados”, diz Apib sobre indicações à Funai
 - Apib presta solidariedade e agradece à Imperatriz Leopoldinense
 - 17/1**
 - O ano mal começou
 - Equador: índios Shuar são expulsos para dar lugar a uma mina chinesa
 - Desaparecimento de comerciante reacende tensão no sul do Amazonas
 - 18/1**
 - Fome entre os Guarani e Kaiowá: “Criança chora, não aguenta mais. Sofrimento mesmo. Quase comendo terra”
 - 19/1**
 - Nota de Repúdio contra a Portaria N° 68, que muda os procedimentos de demarcação
 - 23/1**
 - Em nota coletiva, organizações repudiam portaria que altera demarcações de Terras Indígenas
 - Autonomia ao povo Ka’apor e contra a criminalização de seus aliados
 - Grupo Kaingang segue preso dois meses depois de operação de guerra articulada por ruralistas
 - 24/1**
 - O governo Temer quer inviabilizar as terras indígenas?
 - 25/1**
 - Com “probabilidade de mortes”, Justiça Federal suspende despejos contra comunidades Guarani Kaiowá
 - 26/1**
 - Terra tradicionalmente ocupada, direito originário e a inconstitucionalidade do marco temporal
 - Caro Gilmar: carta pública de Egydio Schwade ao ministro Gilmar Mendes
 - Povo Ka’apor enfrenta madeireiros, Funai e criminalizações em defesa da TI Alto Turiaçu
 - 27/01**
 - Conselho de Gestão Ka’apor se pronuncia às autoridades públi-
- cas sobre situação na TI Alto Turiaçu
 - 30/1**
 - Índios e direitos agredidos
 - Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá denuncia Fórum criado com o apoio de ruralistas
 - 31/1**
 - Indígenas Guarani Mbyá retomam área tradicional sobreposta por Fundação extinta pelo Governo do RS
 - 3/2**
 - Belo Sun recebe Licença de Instalação e irá operar maior mina de ouro do país
 - Lideranças do povo Mura cobram promessas do governador do Amazonas
 - 6/02**
 - Criança Kaingang morre atropelada em Chapecó; parentes apontam indiferença
 - “Um bugre esmoleiro a menos” na Aldeia Condá
 - Movimentos protocolam nesta terça, 7, em Brasília, documento contra entrega da Base de Alcântara aos EUA
 - 7/2**
 - O difícil impasse para a efetivação do Subsistema de Saúde Indígena no Brasil
 - Chapecó/SC: procurador aceita denúncia de lideranças indígenas, investigações devem ter início
 - 8/2**
 - Em memória de Sepé Tiaraju, povo Guarani Mbyá reafirma luta pelos territórios tradicionais
 - 9/2**
 - CPI da Funai/Incrá 2 se firma como tribunal de exceção para quebrar sigilos de entidades
 - 10/2**
 - Conselho Nacional dos Direitos Humanos requer suspensão de licença concedida a projeto da Belo Sun Mineração
 - 14/2**
 - Avá Guarani retomam parte de antigo Tekoa
 - Guarda Florestal Pykopjé-Gavião identifica ramal madeireiro e povo faz denúncia às autoridades
 - Guarani e Kaiowá exigem demarcação de suas terras e revogação da Portaria 80 do Ministério da Justiça
 - 15/2**
 - Viva, Raposa Serra do Sol desafia interesses e bajuladores do agribusiness
 - 16/2**
 - Funai tem “solução” para conflito no MS: acordo com Raizen
 - 17/2**
 - Cansados de esperar por PF e Funai, índios Uru-Eu-Wau-Wau decidem investigar grilagem de terra
 - Militante do MST tem habeas corpus concedido após oito meses na prisão
 - 19/2**
 - Nota de repúdio do CIR à “Série Especial: Fronteira do Abandono” exibida no Jornal da Band sobre Raposa Serra do Sol
 - 21/2**
 - Posseiros contrariam Justiça Federal, mantêm posses ilegais e elevam tensão na TI Pankararú
 - 22/2**
 - Movimentos do campo apresentam impactos da Reforma da Previdência à CNBB

Solidariedade a Egydio Schwade e repúdio à criminalização

Por contestar um despejo em Presidente Figueiredo, indigenista enfrenta absurda violência oficial. Em nota, diversas organizações populares repudiam a criminalização do defensor de direitos, que é um dos fundadores do Cimi

Assessoria de Comunicação, Cimi

Pastorais, comunidades eclesiais e movimentos sociais divulgaram, em 16 de março, uma nota em solidariedade a Egydio Schwade e repúdio à criminalização do indigenista e teólogo, um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

As organizações acusam o juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), Roger Luiz Paz de Almeida, de utilizar do aparato judiciário para criminalizar o indigenista em função de sua luta em defesa dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

O juiz ingressou com uma ação criminal por calúnia e difamação contra Egydio, em função de uma crítica feita por ele depois que o magistrado autorizou, em 2012, o despejo de aproximadamente trinta famílias da Comunidade Terra Santa, que estavam estabelecidas no lugar há mais de dez anos.

Nota de apoio ao indigenista

“A história vai cobrar e seus filhos e netos irão culpá-lo pelo fato de ter despejado aquelas pobres famílias. Existe uma Lei Superior a todas as leis escritas, que é uma lei congênita a todo ser humano, a `lei da consciência`. Esta afirmação foi o estopim para que o juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado (TJAM), Roger Luiz Paz de Almeida, ingressasse com uma ação alegando “denúncia caluniosa” contra o autor da declaração, o indigenista Egydio Schwade.

O indigenista emitiu essa “sentença”, no fórum de Presidente Figueiredo, no Amazonas, diante da decisão liminar concedida pelo juiz que autorizava o despejo de aproximadamente trinta famílias da Comunidade Terra Santa, estabelecidas no lugar há mais de dez anos. Ao concluir a fala, Egydio foi retirado à força pelo magistrado, que desconsiderou até sua condição de pessoa idosa (Lei n. 1074/2003 – Estatuto do Idoso).

Cabe salientar que todo o problema nasceu de um processo judicial viciado. A Comunidade Terra Santa não teve seu direito de defesa respeitado em diferentes momentos do processo, que finalizou com um mandado de imissão de posse assinado pelo juiz, determinando a destruição de casas e a retirada de agricultores. Além de ser uma comunidade pobre, com pouco domínio sobre seus direitos e dos trâmites de um processo judicial, parte dos documentos, que compunham a defesa da comunidade, foi extraviado ao longo da tramitação. Nem mesmo assessoria jurídica foi garantida à comunidade, que acabou à mercê de favores prestados por diferentes advogados. O juiz não foi capaz de observar esses problemas? É preciso lembrar que a comunidade se instalou na terra em 1999, dez anos antes da abertura do processo, o que lhe daria direito à propriedade, caso houvesse sido observado o artigo 191 da Constituição Federal.

A violência sofrida pelo indigenista teve registro no *Blog da Casa da Cultura Urubuí* por meio de um relato descrito por ele. Sabendo da publicação, o juiz Roger ingressou com a ação criminal por calúnia e difamação. A Comissão Pastoral da Terra denunciou a atitude do



Ao questionar processo judicial viciado, o indigenista Egydio Schwade é criminalizado por décadas de luta em defesa dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais

fato ocorrido no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - conforme art. 67 do Regimento Interno do colegiado - que encaminhou à Corregedoria-Geral do TJAM, pois houve flagrante violação dos preceitos estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica da Magistratura e ética profissional compatíveis com a profissão, tais como: imparcialidade, independência, cortesia, prudência, decoro. Solicitou as filmagens e as devidas diligências com as pessoas que presenciaram o fato, na expectativa que houvesse a apuração do que fora exposto na denúncia.

Apesar de expresso dentre as atribuições da Corregedoria-Geral, conhecer as representações e reclamações relativas ao serviço judiciário, “determinando ou promovendo as diligências que se fizerem necessárias” ou encaminhando-as aos órgãos competentes (artigo 3º: “VI -; XII), infelizmente, o corregedor arquivou o processo, alegando falta de provas.

De fato, a estrutura dos fóruns dos municípios do interior do Amazonas, em geral, carecem de equipamentos modernos, mas num ambiente onde diariamente se tratam litígios de toda espécie esperava-se, no mínimo, câmeras filmadoras para resguardar tanto os servidores como as partes que chegam ali. Mas ao que tudo indica em Presidente Figueiredo há falta deste equipamento, uma vez que se optou pelo arquivamento, por ausência de provas. Neste caso, um simples vídeo

juiz, via ouvidoria, ao CNJ, mas não foi aceita. Diante dessa negativa, Egydio protocolizou individualmente uma Reclamação sobre o

comprovaria facilmente a truculência com que foi tratado Egydio Schwade.

Cabe enfatizar que ao representar ao CNJ, Egydio Schwade fez uso de seu direito fundamental de petição - art. 5º, XXXIV, “a”, CF/1988 – que preconiza: “São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder”. Tal direito alcança a forma individual e coletiva. O indigenista, nesse processo, não buscava assegurar um direito pessoal, mas, de uma coletividade vulnerável que, no trabalho responsável com a terra, são professores, mas são desconhecedores dos institutos jurídicos e seus labirintos.

Dito isto, os movimentos sociais subscritos vêm a público se solidarizar com o indigenista Egydio Schwade e repudiar a tentativa desproporcional do servidor público, juiz Roger Luiz Paz de Almeida, em querer a todo custo calar e intimidar um cidadão que, ao longo de sua existência, sustenta sua história de vida na luta pela construção de uma sociedade justa e igualitária, em que a defesa dos pequenos é uma missão.

Desde 1963, o indigenista iniciou trabalho com a população indígena no noroeste de Mato Grosso, e passou a maior parte de sua vida na Amazônia. Fundou, em 1969, a Operação Amazônia Nativa (Opan, na época denominada Operação Anchieta), com sede em Cuiabá/MT. Foi um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, órgão que coordena os trabalhos indigenistas da Igreja Católica no Brasil, do qual foi o primeiro secretário executivo (1973-1980). Participou também da fundação da

Comissão Pastoral da Terra (CPT), que acompanha os pequenos agricultores no Brasil.

Foi reprimido pela ditadura militar, durante todo o tempo em que foi secretário do Cimi. E até o fim do regime militar no Brasil, mas não se intimidou e continuou a luta em favor dos povos indígenas, denunciando as sistemáticas violações dos direitos desses povos.

Casou e constituiu família com a indigenista Doroti Alice Müller Schwade. Em 1980 transferiu-se com a família para o Amazonas com intuito de trabalhar com o povo Waimiri-Atroari. No município de Itacoatiara fez levantamentos da região, denunciando as violências cometidas contra esse povo.

Em 1985, com o fim da ditadura militar, obteve autorização da Funai para iniciar o primeiro programa de alfabetização do povo Waimiri-Atroari na língua materna. O trabalho foi interrompido justamente no momento em que os índios começavam a revelar a história de atrocidade da qual foram vítimas e pouco antes da criação do Programa Waimiri-Atroari (PWA).

Em Presidente Figueiredo colaborou com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os movimentos sociais no município, além de continuar atuando em favor das causas indígenas. Neste período foi articulador do Setor de Educação Indígena do Conselho Indigenista Missionário - Norte I no Amazonas e Roraima (1994-1995) e articulador do Setor de Auto-sustentação das comunidades indígenas do mesmo Regional do Cimi (1996-1997).

Em 1992 criou a Casa da Cultura do Urubuí (Cacuí) visando guardar a memória do povo Waimiri-Atroari e oferecer subsídios de história da região, principalmente aos estudantes do município e do Estado. Durante vários anos, a Casa da Cultura do Urubuí manteve a única biblioteca acessível aos estudantes do município e ainda hoje mantém este importante arquivo étnico-histórico da região.

A partir de 1997 vem se dedicando de modo especial, com toda a família, à agricultura familiar, ministrando cursos de apicultura e agroecologia a agricultores familiares e representantes de mais de trinta povos indígenas, inclusive Waimiri-Atroari, onde, infelizmente, devido ao esquema repressivo do Programa Waimiri-Atroari, não foi possível dar continuidade e assistência aos índios nesta área. Atualmente, além dos afazeres de apicultor, é um dos coordenadores do Comitê Estadual da Verdade, Memória e Justiça do Estado do Amazonas.

Fica aqui um questionamento: qual o motivo de tanto ódio e consequente perseguição de um juiz a um ativista que tem como filosofia/ideologia de vida, “a luta por justiça e igualdade entre os seres humanos”? Assim sendo, indignados e indignadas, não aceitamos que um agente estatal se aproprie do aparato jurídico para perseguir os pobres e impedir que a ação daqueles que se posicionam em suas defesas seja calada por instrumentos processuais. Junto com Egdio Schwade lutamos para que “o direito civil deixe de servir para que os ricos roubem os pobres e o direito penal deixe de impedir que os pobres reajam”.

Manaus, AM, 16 de março de 2017.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Pastorais da Pessoa Idosa, da Criança e Operária da Arquidiocese de Manaus; GT de Mulheres da Economia Solidária; Coordenação de Pastoral da Arquidiocese de Manaus; Comunidades Eclesiais de Base do Regional Norte 1/Amazonas e Roraima; Rede Um Grito pela Vida; Casa de cultura do Urubuí (Cacuí), de Presidente Figueiredo; Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas; Movimento Feminista Maria Sem Vergonha; Movimento de Mulheres Solidárias do Roraima (Musa); Levante Popular da Juventude/AM; Espaço Feminista Uri-HI; Conselho de Leigos e Leigas da Arquidiocese de Manaus; Movimento Comunitário pela Cidadania (Mococi); Rádio A Voz das Comunidades 87,9 FM; Articulação das Mulheres Homoafetivas e Aliadas do Amazonas (Almaz); 9 FM; Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis do Amazonas (FLGBT/AM); Associação Comunitária Terra Santa/Presidente Figueiredo

Resenha

Por dentro do tekoha e da busca dos Guarani

Após dezenas e dezenas de estudos sobre esse povo, o jesuíta, antropólogo e etnolinguista Bartomeu Melià apresenta mais um resultado de suas buscas: o livro *Camino Guarani – Guarani Rape*

Leda Bosí, documentalista do Cimi

“*Mombyrygui niko jaju, mombyryvénte ko jaguata*. De longe viemos, para mais longe caminhamos”. Essa frase estampada abaixo do nome do livro mostra o espírito Guarani de caminhada, de procura constante por novos lugares. O livro dá uma ampla visão da história e memória do povo Guarani, relacionadas estreitamente com suas migrações. Seus territórios se estendem pela Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai.

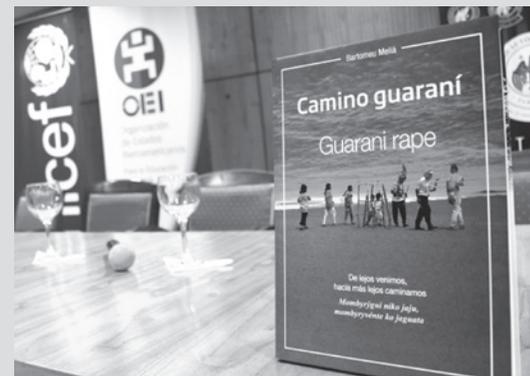
Conforme o autor, as várias teorias expostas sobre os lugares de origem e expansão dos Guarani, assim como os itinerários de sua dispersão, diferem bastante. Mas não há dúvida sobre sua origem amazônica e o mais aceito é que se utilizaram dos cursos de rios para seus deslocamentos. O dinamismo migratório dos Guarani os levou a ocupar as terras mais férteis da costa atlântica e o delta do rio da Prata.

Iniciado o movimento e caminho de migração, aonde irão os Guarani? O que buscam? A resposta mais simples é que buscam uma nova terra, que lhes ofereça condições de levar adiante seu modo de vida, seu *tekoha*, *ser* o que são, seu modo de ser, seu lugar para viver. O *tekoha* é uma comunidade num espaço cultural guarani que inclui família, meios de produção, a terra que, com sua variedade de solos, cobertura vegetal, mananciais de água, é um elemento muito importante junto com a organização político-religiosa como forma de relacionamento e comunicação. Essa terra não existe a priori, mas os Guarani a fazem como seu *tekoha*.

As migrações históricas, documentadas nas épocas colonial e moderna, ligam as caminhadas à busca da terra sem mal – *yvy maranne’y* – não aquela encontrada no céu, mas aqui na terra, de forma realista, com todas as condições físicas, concretas, para o bem viver e para o desenvolvimento da vida religiosa, já que é na religião onde o povo guarani encontra o núcleo de sua identidade.

Há hipótese de que os Guarani tenham sido um povo guerreiro – guerras de conquista - mas, segundo Curt Nimuendaju, o motivo principal das migrações não seria expansão guerreira, mas, provavelmente, religioso. Como migrantes, os Guarani gostam de caminhar, faz parte do seu *tekoha*. Quanto à distribuição étnica guarani, os vários quadros nos informam sobre a localização e população dos grupos Avá/Guarani - Ñandéva, Mbyá, Pai Tavyterã – Kaiowá, Guarani Ocidental e Aché, e algumas diferenças referentes a suas visões de vida.

Percorrendo as 237 páginas do livro, somos informados dos vários aspectos da vida guarani, a língua, seus dialetos, a organização familiar, o tipo de governo que vigora, a forma de trabalhar a terra, a religião, a dança, o artesanato. Apesar das condições precárias em que vive grande parte da população Guarani, com plantações de soja e cana chegando à porta das aldeias, com grandes grupos vivendo em acampamentos à espera da demarcação de seu território tradicional, houve um aumento dessa população no Brasil e no Paraguai nas últimas três décadas. No Brasil,



Camino Guarani – Guarani Rape
Bartomeu Melià
Centro De Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”
Assunção – Paraguai
2016, 242 P.

um acréscimo de 337,62% e no Paraguai de 330,34%. Comparando, no Brasil, o aumento da população não indígena foi de 165,5%.

Os Guarani resistem e persistem. Aumentam demograficamente, denunciam, organizam-se. Sem um lugar, *tekoha*, onde possam viver e ser o que são, não há bem viver, não há sequer possibilidade de viver. O antigo bem viver é uma memória ativa de futuro que os faz lutar pela recuperação de territórios, áreas de valor ecológico, econômico e formas de vida mais humanas. Obrigados a enfrentar diversos modos de pressão econômica, religiosa e cultural alheios a seu modo de ser, estão criando novas estratégias sustentáveis que, no entanto, não evitam a violência, que se manifesta com ataques a seus territórios e assassinatos de lideranças. Ante a injustiça, a invasão do agronegócio, a discriminação racista, a saída é a tenaz resistência. “Nascidos numa história, trabalhados pela história, os Guarani vivem uma história que está longe de ver seu fim. Onde povos mais numerosos e fortes sucumbiram, eles resistem e persistem e, com ousadia, pretendem ser memória de nosso futuro”.

É de se destacar as fotos publicadas, riquíssimas, desde o século 19 até os dias atuais, contemplando as várias atividades da população. Há ainda mapas, quadros com a estatística das diferentes situações vividas pelo povo Guarani, além de uma extensa bibliografia, para quem tiver interesse em se aprofundar na luta e conhecer mais o mundo dos Guarani.

Teko porã – bem viver

“O Bem Viver é o que se aprende nas famílias. A ajuda mútua é o amor das famílias e dos parentes, com amor nós indígenas estamos juntos como se deve. Em casa, na roça, com as pessoas, na escola, no meio das crianças, com seus companheiros, quando se joga futebol, na festa da chicha, no canto, na igreja, em todo lugar. Enquanto tomamos tereré, junto ao fogo, na grande assembleia, enquanto descansamos, enquanto trabalhamos e em todos os dias. Quando conversamos, dia a dia, na festa, no jogo, na bênção de Nosso Pai, e em todo lugar. Para que não haja maldade entre nós” (*Tradução livre*)

SOBRE O AUTOR

O jesuíta, antropólogo e etnolinguista Bartomeu Melià é autor de inúmeros livros e estudos sobre os Guarani. Nascido na Espanha,

radicou-se no Paraguai em 1954, onde iniciou seus estudos sobre a língua e a cultura guarani. Faz parte do grupo de pesquisadores da Uni-

versidade Católica de Assunção onde dirige o projeto Koravarepa, que publica os textos mais importantes do patrimônio da língua guarani.

A utopia da evangelização

Em 1986, a jornalista Railda Herrero, na época editora do Porantim, entrevistou o missionário Vicente Cañas sobre a completa e integrada convivência com os Enawenê Nawê, que ajudara a contatar em 1974, em Mato Grosso.

A entrevista foi agora publicada no livro *“Provocar Rupturas, Construir o Reino – Memória, martírio e missão de Vicente Cañas”*. A publicação do Cimi foi organizada por Paulo Suess e Egon Heck e lançada em março, pela Edições Loyola. O livro tem vários autores: os organizadores da obra, companheiros de missão de Vicente, advogados e poetas, entre eles D. Pedro Casaldáliga. Mas conta com um só fio condutor: a solidariedade no luto, nas lágrimas e na luta pelo bem viver dos povos indígenas. Reaviva a memória do jesuíta martirizado em 1987 a mando de fazendeiros, tentando impedir a demarcação da terra dos Enawenê Nawê, povo irmão, que evangelizou Vicente Cañas.

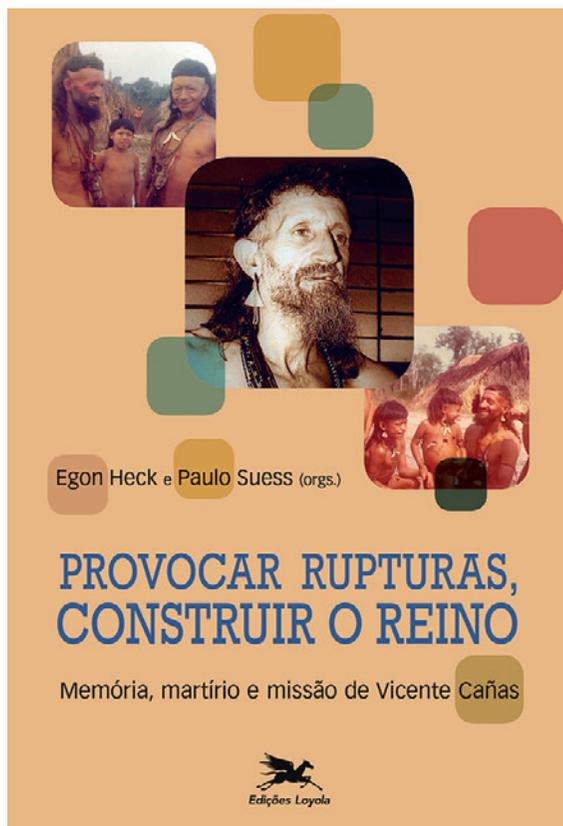
“Meu trabalho ali é não mexer em nada”. Frase de efeito? Nada disso. É o missionário Vicente Cañas falando sobre sua vida entre os índios Enawenê Nawê, que vivem na região do rio Juruena, em Mato Grosso. “Me integrei completamente, me sinto bem lá, entendo toda a trama, todo o mundo deles. Quem vai morar com eles tem de ter o mesmo comportamento que eles, em alimentação, na maneira de ser, na participação em tudo.”

A história de Vicente entre esse grupo indígena, então com pouco mais de 130 pessoas, começa em 1974, quando ele, juntamente com o Pe. Thomáz Lisbôa e alguns índios, faz os primeiros contatos com os Enawenê Nawê. Depois de três anos de contatos intermitentes, Vicente resolve “ficar lá marcando presença”. Antes havia trabalhado junto aos Beíço-de-Pau (Suyá), os Pareci, e ainda havia ajudado a contatar os Myky. Com 47 anos de vida e mais de quinze entre os índios, o Irmão jesuíta Vicente Cañas fala sobre o modo especial de “viver Enawenê Nawê”.

Conhecidos anteriormente como Salumã, esses indígenas estão se abrindo agora para o mundo dos brancos. Após os primeiros contatos, Vicente vai viver com eles, fazer um trabalho na área de prevenção de doenças e tentar penetrar nesse mundo especial onde saqueadores são heróis, onde a vida está sempre em movimento, apesar da tranquilidade e da paz da aldeia.

Vicente Cañas, cabelo cortado à moda Enawenê Nawê, sem camisa, brincalhão, falando seu portunhol enrolado, conta um conto, não para ganhar um ponto. Só para mostrar como outro povo enxerga nosso mundo.

Vicente Cañas, em certa temporada, ficou sem sair da área por cinco anos. Estava fazendo “integração biológica”, segundo ele necessária para “se movimentar com eles”. Hoje, fala a língua Enawenê Nawê, como o bom portunhol que massacra. Mas isso não é problema: “O importante, diz ele, é conhecer todo o mundo cultural, para haver comunicação.”



Como são os Enawenê Nawê?

Vicente Cañas: “É um povo muito extrovertido, muito ativo. Tem uma dinâmica de movimentação muito grande. Ele não para, não fica um dia ou dois sem sair da aldeia, sem fazer nada. Além disso, boa parte de sua vida é dedicada à continuidade de rituais. É um povo voltado completamente para os rituais. Os rituais começam de manhã, de madrugada. São vários ciclos de rituais - uns mais intensos, outros menos. Todo ano é assim: mais ou menos dois ou três meses eles dedicam à colheita, à pesca, à coleta de mel e fruta, dependendo da época”. Dentro dessa colheita, dentro de cada trabalho há todo um processo ritualístico. Os Enawenê Nawê são aparentemente tranquilos; mas morar lá, segundo Vicente é como viver numa cidade grande. Apesar da calma, da paz, eles são bem ativos.

São saqueadores por excelência. Aonde vão, trazem sempre um “troféu”. E repartem tudo com aqueles que não foram aos “saques”. O que levam dos inimigos, ou não - é sempre um troféu que apresentam com orgulho.

Passados onze anos do primeiro contato, de que modo eles encaram a forma diferente como vocês chegaram lá?

Vicente Cañas: “Eles contam sobre o medo. Falam que a gente tinha medo também, e riem.” Lembram que chegaram a discutir se iam matar os visitantes e que, depois, pediram para eles ficar na aldeia; mas, como visitados e visitantes não se compreendiam, estes acabaram indo embora, após o primeiro contato.

Como é o mundo espiritual dos Enawenê Nawê?

Vicente Cañas: “Me perguntaram, em diferentes épocas e ocasiões, para onde eu vou quando morrer. Eu falei que ia lá para cima, no que nós chamamos de céu. Ai eles me olharam e disseram: pois é, eu também, quando morrer, vou lá para cima, então nós vamos nos encontrar’. Você olha a felicidade dele, a tranquilidade, não tem trauma... você olha para eles, não vê nenhum ressentimento, orgulho. Quem sou eu para falar deles, ou para mudar a religião? Não tem sentido, não tem pé nem cabeça.”

Ao falar disso, vamos entrar na “terrível” questão da evangelização

Vicente Cañas: “Não. Não dá, não. A evangelização é uma utopia. Você não pode anunciar um Cristo ‘nu’. Uma religião é composta de vários fatores: é o fator econômico, é o fator social. É todo um conjunto. Como é que vou anunciar um Cristo sem cultura? Não há maneira. Acho que a Igreja não devia falar disso, porque no momento em que está falando de evangelização, está querendo impor uma crença, que o indígena já tem. Uma evangelização não implica somente anunciar o Cristo, implica toda uma sacramentalização, que não tem cabimento. Se um Enawenê Nawê não conhece a nossa sociedade, não conhece todo o mecanismo em nível econômico, como vai aceitar um Cristo ‘nu’?”

Tem muita gente que diz: não vamos evangelizar agora; vamos nos inculturar e viver o mundo deles. Sabemos que, no fundo têm, como perspectiva, a evangelização. O que você acha disso?

Vicente Cañas: “Não, essa evangelização não pode existir. Como você pode mudar de religião, mudar de Deus, que é o mesmo Deus, como eu mudo de camisa? Eu acho isso uma falta de respeito. Acho que a Igreja pode dar um testemunho de ser bom cristão, mas não quer impor um Cristo ‘nu’. Como você vai destruir os Enawenê Nawê? Que tipo de cultura você vai levar? Eu não sei o que esse pessoal quer. Quer uma cobrança dos missionários dentro de uma linha de respeito, assim rápido como se fosse o vencimento de uma prestação. Ah! Tal dia tem que me dar conta! Ai perguntam: onde está a pastoral? A pastoral é eu estar lá, sem anunciar nada.”

Mas nem tudo são cobranças, na vida de um missionário entre indígenas. Há o prazer de descobrir novos mundos, outras estruturas de pensamento, de religião e há centenas de casos pitorescos.

Durante três anos, os índios pediram para conhecer o estranho mundo que gerara a figura chamada Vicente Cañas. Eles queriam saber como era a tal de cidade, de onde ele falava que vinha. Não na longínqua Espanha, mas a “próxima” Cuiabá. Tomadas as precauções para que não apanhassem doenças, um xamã e um líder da comunidade foram à “malcheirosa” Cuiabá - como definiram depois. Ficaram quatro dias observando o mundo dos brancos, os carros, as ruas, os prédios, as casas.

Ao voltar à aldeia, contaram tudo que viram, da forma especial como viram. E veja-se o resultado: agora, quando uma criança está chorando na aldeia, alguém que está por perto faz a grande ameaça: “Se você não ficar quieto, te levo pra Cuiabá.” O silêncio é imediato. Onça já é bichinho de estimação, perto da terrível Cuiabá que os Enawenê conheceram...



Vicente Cañas ente os Enawenê Nawê



Halatakwa, atual aldeia dos Enawenê Nawê



O kadeoko, um dos rituais praticados, é exclusivo das mulheres